



# RELATÓRIO E CONTAS

—  
2022

[www.reditus.pt](http://www.reditus.pt)



## PARTE I – RELATÓRIO DE GESTÃO

### Senhores Acionistas,

De acordo com a Lei, designadamente quanto ao estabelecido no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, e com os Estatutos, vimos submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão, o Balanço e a Demonstração de Resultados e o Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais, da Reditus SGPS, S.A., relativos ao exercício de 2022.

## 1. Enquadramento Macroeconómico e Sectorial

### 1.1. Enquadramento Macroeconómico

#### Economia internacional

O crescimento económico mundial diminuiu em cerca de 6,4% em 2021 para 3,4% em 2022, devido à incerteza gerada nos mercados pela invasão russa da Ucrânia e por outros fatores geopolíticos geradores de instabilidade.

Estes eventos conduziram igualmente a que se consolidasse a tendência de subida da inflação, o que levou a que os bancos centrais atuassem no sentido do aumento da restritividade das condições financeiras com o aumento das taxas de juro.

No que respeita à zona euro, o crescimento do produto interno bruto (PIB) real em 2022 situou se em 3,5%, face a 5,3% em 2021, com a economia a recuperar da recessão relacionada com a pandemia de saúde pública mundial Covid-19.

O crescimento em 2022 refletiu sobretudo um contributo robusto da procura interna da zona monetária, a despeito da guerra. No final do ano, o produto na área do euro situava se 2,4% acima do nível registado antes da pandemia, ou seja, em comparação com o último trimestre de 2019.

A inflação global na área do euro, medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), situou se, em média, em 8,4% em 2022, subindo acentuadamente face a uma média de 2,6% em 2021. A inflação registou uma grande subida ao longo do ano e atingiu taxas elevadas de cerca de 10% em termos homólogos nos meses após o Verão.

Os preços dos produtos energéticos foram a componente mais importante do aumento da inflação global, tendo os preços dos produtos alimentares aumentado também de forma cada vez mais forte, em particular após a invasão da Ucrânia pela Rússia em fevereiro. Além disso, os persistentes estrangulamentos nas cadeias de abastecimento de produtos industriais, a recuperação da procura após a flexibilização das restrições relacionadas com a pandemia, especialmente no setor dos serviços, e a depreciação do euro intensificaram as pressões inflacionistas.

## Conflito Rússia – Ucrânia

Desde o primeiro trimestre de 2022, que a Reditus SGPS monitoriza de muito perto a situação da guerra Rússia - Ucrânia, recorrendo a toda a informação disponibilizada pelas entidades oficiais a nível nacional e internacional. Esta guerra trouxe impactos significativos às economias portuguesa e europeia. Os seus efeitos fizeram-se sentir por exemplo no aumento dos preços dos transportes, dos combustíveis, da energia e gás, e noutros produtos e serviços.

Não obstante este quadro incerto a Administração da Reditus SGPS entende que a solvabilidade da Empresa, bem como a continuação da sua atividade normal, não estão em causa.

## Economia portuguesa

Portugal registou um crescimento de cerca de 6,7% em termos reais em 2022, o valor mais elevado desde 1987, recuperando das grandes perdas ocorridas durante a pandemia de Covid-19. A procura interna ajudou a impulsionar a economia, apesar do contributo ter sido inferior ao de 2021, com uma desaceleração do investimento. Já o contributo da procura externa líquida, negativo em 2021, tornou-se positivo em 2022.

O consumo privado acelerou ao crescer 5,7% em termos reais, mas já o consumo público desacelerou em termos reais, registando uma taxa de variação de 2,4%. O investimento aumentou 2,7% em termos reais em 2022, muito menos que os 10,1% registados no ano anterior.

Em 2022, o emprego registou um crescimento de 2,0%, após um aumento de 1,9% no ano anterior. Tendo em conta os indicadores do emprego e horas trabalhadas, resulta que, em 2022, a produtividade medida pelo rácio entre o PIB em volume e o número de pessoas empregadas aumentou 4,0% (2,9% em 2021).

Em 2022, o IPC registou uma taxa de variação média anual de 7,8% (1,3% em 2021), valor mais elevado desde 1992. A variação do indicador de inflação subjacente, medido pelo índice total excluindo produtos alimentares não transformados e energéticos, foi 5,6% em 2022 (quando tinha sido de apenas 0,8% em 2021).

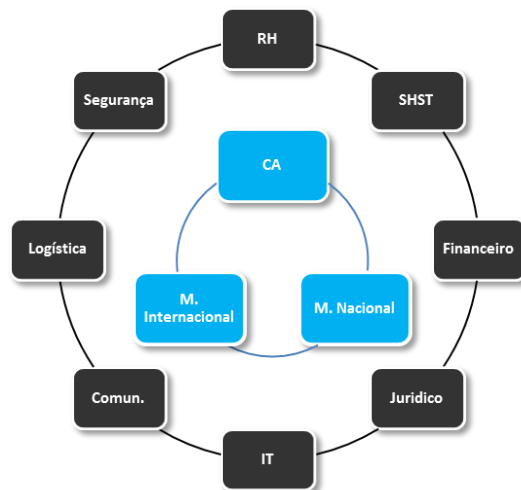
O défice das contas públicas baixou em 2022 para 0,4% do PIB, o que compara com 2,9% em 2021, com a receita das Administrações Públicas a crescer 10,2%, enquanto a despesa aumentou apenas 4,4%. Já a Dívida Pública em percentagem do PIB mostrou uma tendência decrescente.

## Pandemia de saúde pública

Desde o início de 2020 que a Reditus SGPS monitoriza a situação da pandemia de COVID-19, gripes e outras situações pandémicas recorrendo à informação disponibilizada pelas agências de informação oficiais.

A propagação do vírus SARS-CoV-2, gripes e outras situações pandémicas tiveram um impacto na economia, no emprego e nas empresas muito significativo e a Reditus SGPS, embora seja das organizações menos afetadas, não é imune a este tipo de situações, principalmente se se prolongarem por muito tempo.

O Conselho de Administração constituiu um grupo de trabalho ad hoc multidisciplinar por si coordenado e que inclui os responsáveis dos mercados da oferta e de áreas de suporte (RH, SHST, Financeira, Jurídica, IT, Comunicação, Logística e Segurança) que reúne frequentemente (diariamente durante o período de um ano compreendido entre março de 2020 e março de 2021 e na presente data numa base bissemanal) para poder avaliar os dados sobre o impacto da crise nas várias dimensões da organização (saúde das pessoas, operações, atividade comercial, desempenho económico e financeiro e estratégia a curto e médio prazo) e reagir coordenadamente.



### Grupo Ad hoc para o Covid-19

Apesar de se verificar um progressivo levantamento das medidas de controlo do risco de transmissão da COVID-19, gripes e outras situações pandémicas o Conselho de Administração mantém ativo o estado de contingência de acordo com o cenário de pandemia previsto no PCN (Plano de Continuidade do Negócio da Reditus), procurando assim minimizar o impacto das doenças e das guerras na da Reditus SGPS e nas partes interessadas.

Assim, à data do presente relatório, o Conselho de Administração continua a considerar que dispõe dos recursos e meios necessários para manter a atividade e que se mantém válido o pressuposto da continuidade das operações utilizado nas demonstrações financeiras agora apresentadas.

## 1.2. Enquadramento Sectorial

### O mercado português de TIC

Em 2022, o mercado de Tecnologias de Informação (TI) em Portugal atingiu um marco histórico ao ultrapassar os 5 mil milhões de euros em volume de negócios, registando um crescimento de 3,9% em relação a 2021 e um impressionante aumento de 184% desde 1998, de acordo com um estudo da IDC Portugal.

Não obstante a pandemia e as bruscas alterações por esta provocada nos modelos das economias globais e nos hábitos de consumo das empresas e dos particulares, o mercado de TI revelou uma tendência de crescimento, e um novo paradigma social ao inverter a correlação entre TI e Economia. De acordo com a IDC, mais de 50% do PIB português tem agora influência do digital passando a haver

uma relação inversa entre o sector das TI e a Economia permitindo que o mercado de TI continuasse a crescer em ritmos elevados, apesar da quebra do PIB em 2020.

Em 2020, o mercado mundial de TI cresceu quase 3% o que compara com os 2% do mercado português. Já em 2021 o mercado português terá crescido uns impressionantes 17,8%.

Diante deste contexto, a IDC Portugal prevê que o investimento em tecnologia e transformação digital continue a aumentar, com uma taxa de crescimento anual média de 16,5% entre 2022 e 2025. Isso significa que a transformação digital representará metade do investimento nacional em TIC até ao final de 2025.

No entanto, apesar destes avanços promissores, persistem alguns desafios significativos, nomeadamente a necessidade de acelerar a transformação digital nas empresas e no setor público, atrair e criar mais talento, posicionar Portugal como um hub digital e focar na sustentabilidade.

A pandemia acelerou a transformação da economia e da sociedade, mas a instabilidade geopolítica causada pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia adiciona incertezas ao cenário. No entanto, a mensagem-chave é que a sociedade e a economia devem adotar uma mentalidade "digital-first" para prosperar na nova era.

O mercado de TI apresenta assim boas perspetivas de futuro suportado pela necessidade de promover uma economia cada vez mais digital.

## O mercado internacional de TIC

No plano internacional, a Gartner considera que os gastos em Tecnologias de Informação (TI) atingiram os 4,4 biliões de US dólares em 2022, valor que representa um crescimento de 0,5%, relativamente a 2021. Este valor representa uma redução das suas previsões em relação ao relatório anterior, no qual estimou um crescimento de 5,1%.

Não obstante este crescimento menos expressivo e apesar das tendências macroeconómicas contrárias, estas não estão a retardar a transformação digital. Para a Gartner, os gastos com TI vão crescer significativamente, apesar de haver um número significativo de países para os quais se prevê um crescimento do produto interno bruto (PIB) quase estável e inflação alta em 2023.

Para a Gartner a definição de prioridades será crítica, pois os CIOs pretendem otimizar os gastos enquanto usam a tecnologia digital para transformar o valor da empresa na relação proposta de valor, receitas e interações com o cliente.

Para 2023, as suas expectativas apresentam um crescimento à volta de 5,5% para todos os continentes.

Por segmentos, o software terá um crescimento de dois dígitos, por via da tentativa de canalização de investimentos para a obtenção de vantagens competitivas através de aumentos de produtividade, automação e outras iniciativas de transformação orientadas por software.

O segmento de Hardware terá uma tendência inversa e cairá cerca de 4,6% em 2023, pois os consumidores adiam a compra de dispositivos devido ao declínio do poder de compra e à falta de incentivo para comprar.

Os Serviços continuarão a sua trajetória de crescimento até 2024, impulsionados em grande parte pelo mercado de Infraestrutura-as-a-Service, que deverá atingir um crescimento superior a 30%. Pela primeira vez, o preço será um dos principais impulsionadores do aumento dos gastos nos segmentos de serviços em nuvem, quando até à data o crescimento deste segmento ficou a dever-se ao aumento da utilização dos serviços.

O colapso do Silicon Valley Bank, do Signature Bank e do Credit Suisse criou uma onda de choque nos setores bancário e de tecnologia. Embora a exposição permaneça relativamente contida, as startups de tecnologia provavelmente enfrentarão novos desafios e escrutínio do mercado.

O mercado de TI tem assistido nos últimos tempos a vagas de despedimentos dos principais players mundiais do sector, no entanto, e apesar do seu impacto, a indústria de tecnologia em geral, ainda sofre de escassez crítica de mão de obra qualificada. A procura por talentos tecnológicos supera em muito a oferta, situação que continuará a ocorrer até pelo menos 2026.

Os gastos internos em serviços de TI estão a diminuir em todos os setores, e as empresas não estão a acompanhar os aumentos salariais. Desta forma, as empresas terão maior propensão para gastar mais dinheiro com equipas mais reduzidas e recorrer a empresas de serviços de TI.

#### Previsão mundial de despesas (milhares de milhão de dólares)

	Despesas 2022	Crescimento 2022 (%)	Despesas em 2023	Crescimento 2023 (%)	Despesas 2024	Crescimento 2024 (%)
Sistemas de Data Center	216.095	13.7	224.123	3.7	237.790	6.1
Software Corporativo	717.048	-10,7	684.342	-4,6	759.331	11,0
Equipamentos Hardware	793.839	8.8	891.386	12.3	1.007.769	13.1
Serviços de TI	1.250.224	3.5	1.364.106	9.1	1.502.759	10.2
Serviços de Comunicação	1.424.603	-1,8	1.479.671	3.9	1.536.156	3.8
<b>Total</b>	<b>4.401.809</b>	<b>0,5</b>	<b>4.643.628</b>	<b>5.5</b>	<b>5.043.805</b>	<b>8.6</b>

### Tendências Tecnológicas

À luz do que têm vindo a indiciar as estimativas da IDC e da Gartner sobre a contribuição do digital e das TI para o PIB mundial, espera-se que as TI assumam uma importância crescente na produtividade das organizações e no desenvolvimento de novos modelos económicos e sociais. Desta forma, até 2027, a maioria das empresas G500 deverão alocar mais de 50% do seu orçamento de Tecnologias da Informação (TI) para investimentos em conectividade, segurança, computação e ativos de dados relacionados com serviços e produtos digitais.

A complexidade e a escala dos ativos de TI, incluindo a conectividade, acordos contratuais, compromissos de segurança e gestão de orçamentos representam desafios adicionais para as empresas na gestão eficaz desses recursos.

De acordo com os analistas de mercado, as unidades de negócio irão ganhar uma influência crescente na alocação dos recursos de TI e na definição de expectativas de desempenho, o que resultará numa descentralização do controlo dos ativos de TI e numa maior complexidade na gestão dos recursos. Complementarmente, os CIOs terão de ajustar o seu foco, concentrando-se mais em apoiar as unidades de negócio.

Para a IDC, em termos tecnológicos, as empresas irão enfrentar vários desafios em áreas como:

- **Negócio as-a-Service:** Até 2027, a maioria das empresas G500 vão alocar mais de 50% do seu orçamento de TI à conectividade, segurança, computação e ativos de dados utilizados nos seus próprios processos as-a-Service e produtos inteligentes;
- **Tech-by-Wire:** Em 2025, 60% das ofertas de infraestrutura, segurança, dados e redes vão requerer plataformas de controlo na cloud para conseguir atingir altos níveis de automação e reduções significativas nos custos operacionais;
- **Escassez de Talentos:** Ao longo de 2024, as falhas na criação de capacidades críticas e nos esforços de treino por parte dos líderes da indústria de TI vão impedir 65% dos negócios de tirar pleno partido dos seus investimentos na cloud, dados e automação;
- **Soberania Digital:** Ao longo de 2025, os esforços de soberania digital associados à sustentabilidade, resiliência e segurança de dados vão levar os CIO das empresas G2000 a reestruturar os recursos humanos, orçamentos e os processos operacionais de mais de 35% dos seus ativos de TI e dados;
- **As-a-Service Limitado:** Em 2023, 70% da adoção de infraestrutura e software-as-a-Service pelas empresas vai ser limitada, não devido a preocupações com custos, mas à incapacidade de avaliar promessas de rápida inovação e ganhos operacionais;
- **Suporte Incluído:** Até ao final de 2024, 60% das ofertas as-a-Service de alto nível nas áreas de segurança, operações, e DaaS vão incluir apoio integrado a equipas especializadas de PME para ajudar a reduzir o impacto da escassez de talento;
- **Atrasos na Cadeia de Fornecimento:** Em 2025, 20 lançamentos de produtos digitais de alto perfil dependentes de automação inteligente e modelos as-a-Service vão enfrentar atrasos significativos devido a problemas nas cadeias de valor de semicondutores e código globais ou regionais;
- **Silos de Dados:** Ao longo de 2026, 55% dos negócios que tentarem utilizar soluções ‘tech-by-wire’ ainda se vão deparar com problemas de proliferação de sistemas de controlo em silos com custos elevados de conectividade e partilha de dados limitada;
- **Confiança na Automação:** Em 2026, 45% das empresas G2000 vão continuar a deparar-se com riscos materiais devido à hesitação dos decisores e profissionais na linha da frente em confiar ações iniciadas por sistemas autónomos;
- **Machine Vision:** Até 2027, a capacidade de implementar e utilizar machine vision como capacidade inerente de qualquer novo produto/ processo vai ser uma característica principal das cinco empresas com maior crescimento na maioria das indústrias.

### O mercado português de *Contact Centers*

De acordo com a GFK, o sector português de Contact Centers é composto por um total de 85 empresas, um número que tem vindo a aumentar fruto do aparecimento de novas empresas de menor dimensão.

Para este analista de mercado, o sector apresenta um volume de negócios de 1.115 milhões de euros, e uma taxa de crescimento estimado em 16,1% no último ano. Este valor está em linha com a tendência de crescimento dos anos anteriores, acima de 10% ao ano, e que revela toda a dinâmica e importância do sector na economia do país.

A atratividade do mercado português promoveu o aparecimento de empresas de pequena dimensão, bem como a entrada de empresas multinacionais no mercado português. A sua estrutura empresarial apresenta, no entanto, uma grande concentração, com as 5 maiores empresas a deterem uma quota de mercado aproximada de 70% e as 10 maiores 87%.

De acordo com a Associação Portuguesa de Contact Center (APCC) ainda continua a haver uma grande concentração geográfica dos prestadores de serviços de Contact Center na região de Lisboa (59,2%), seguidos do Porto (15,4%) e Braga (6,1%).

A aceleração da mudança dos hábitos da população e a procura de clientes estrangeiros abriu novas oportunidades para o sector. A este respeito, destacam-se como os principais impulsionadores desta alteração o desenvolvimento do comércio eletrónico e a transformação digital da Administração Pública e do sector financeiro.

De acordo com a Associação Portuguesa de Contact Centers, o recurso ao Outsourcing está estabilizado por volta dos 70% das Empresas. Das restantes 30%, a maioria (24%) não o pretende fazer. As competências específicas do Outsourcer e a flexibilidade e capacidade crescimento, continuam a ser o principal motivo apontado para o recurso a este modelo.

Os serviços contratados em modelo de Outsourcing foram maioritariamente de Operadores (97%), Supervisores (74%) e Back Office ou tarefas administrativas (71%).

No que diz respeito aos modelos de remuneração ao prestador, observou-se uma estabilização dos modelos “por hora” e “por chamada atendida” nos 36% enquanto o “custo de recurso humano” desceu de 43% para 33%. A remuneração do Prestador tende a ser cada vez mais diversificada. Apesar de ainda se manter a predominância do custo por recurso, por hora e por chamada atendida, outros modelos alternativos estão globalmente em crescimento.

A receção de chamadas constitui o principal motor de crescimento do sector. A faturação neste segmento representa mais de 62% do total do sector. A emissão de chamadas, por seu lado, representa cerca de 16% do total do volume de negócios do sector e outros serviços, 22%.

### Tendências do Sector de *Contact Center*

Apesar de prever uma ligeira redução no ritmo de crescimento do sector de Contact Centers, devido ao aumento da inflação e deterioração das economias nacionais e internacionais, a DBK estima que no próximo biénio 2023/2024 o sector apresente taxas de crescimento de 6% ao ano.

Os principais operadores vão continuar a apostar na melhoria continua da qualidade dos serviços por via da inovação tecnológica, aumento da flexibilidade e capacidade de adaptação às necessidades dos clientes. O cenário competitivo exigirá aos operadores do sector uma orientação para resultados e otimização de custos.

As áreas de transformação digital, tecnologia e inovação permitirão às empresas do setor apoiar os clientes nos seus desafios digitais e criar estratégias de diferenciação. O foco das empresas deverá recair no desenvolvimento de novas ferramentas tecnológicas e processos de integração de soluções que permitam a melhoria da experiência do cliente.

Por outro lado, espera-se que no curto e médio prazo o grau de concentração da oferta continue a aumentar. Desta forma, espera-se que sejam realizadas novas operações de compras e absorção de forma a gerar economias de escala, completar a oferta de serviços e melhorar a capacidade de negociação com fornecedores e clientes.

## 2. Perspetiva Geral dos Negócios

Com uma forte presença nacional e internacional, a Reditus disponibiliza serviços e soluções em três áreas, *IT Consulting*, *IT Outsourcing* e BPO.

### 2.1. *IT Consulting*

A área de *IT Consulting* integra os segmentos de Desenvolvimento e Integração Aplicacional e *Outsourcing* Especializado.

#### Desenvolvimento e Integração Aplicacional

Em 2022, a Reditus apostou na oferta de Desenvolvimento e Integração Aplicacional, potenciando o seu canal internacional, estendendo o seu alcance geográfico.

Os temas associados à transformação digital das organizações mostraram-se, como esperado, muito relevantes na estratégia das empresas e continuaram a marcar as agendas de TI, dando resposta aos desafios críticos de negócio. A organização das actividades, o modelo de operação e o relacionamento com os clientes sofreram e continuam a sofrer mudanças fundamentais, motivando as empresas a uma adaptação imediata a esta nova realidade.

A transformação digital, associada a tecnologias como a Cloud, Mobile, Inteligência Artificial, Big Data&Analytics, IoT (Internet of Things) continuam a estar no centro dos interesses e objetivos das organizações.

A adopção de metodologias Agile e de plataformas low-code tem sido privilegiada pela rapidez que introduzem no processo de desenvolvimento de software e na integração das empresas no mundo digital.

Durante o ano de 2022, na área de Desenvolvimento Aplicacional e Integração, foram reforçados o posicionamento e a visibilidade no mercado através do desenvolvimento de projectos em clientes de referência, com soluções de Inteligência Artificial e Cognitive Services, Enterprise Content Management, Analytics, Customer Engagement, Business Solutions, Front-End Development e Back-End Integration.

Neste exercício, persistiu o aumento da procura por este tipo de serviços com o objetivo de otimizar e flexibilizar os processos organizacionais e responder rapidamente às novas solicitações dos negócios.

Para 2023, a Reditus SGPS pretende apresentar uma oferta de soluções que permitam:

- Potenciar e reforçar as oportunidades de cross selling na oferta de serviços;
- Identificar oportunidades de upsell na base instalada por integração das ofertas;
- Apresentar oferta específica para entidades e operadores globais que possam potenciar essa oferta nos seus clientes;
- Reforçar a aposta no modelo de nearshoring com o desenvolvimento de soluções para clientes internacionais de referência;
- Fomentar a relação com parceiros que potenciem uma oferta transversal e na vanguarda tecnológica do desenvolvimento aplicacional.

### **Outsourcing Especializado**

A prática do outsourcing especializado, é uma estratégia empresarial cada vez mais comum na busca de eficiência, economia de custos e acesso a conhecimentos e recursos especializados.

Os desafios impostos por uma economia global cada vez mais competitiva, exigem uma qualificação acrescida de recursos com elevadas competências tecnológicas. A escassez de recursos técnicos qualificados, por um lado, e a gestão orçamental, por outro, colocam desafios mais exigentes às Organizações. Por sua vez a integração numa organização de raiz tecnológica permite aos nossos consultores a participação em projectos de referência e a constante actualização tecnológica num mundo cada vez mais global.

A Reditus, em 2022, colaborou com os seus clientes no desenvolvimento de soluções diferenciadoras através do fornecimento de recursos altamente qualificados em regime de Outsourcing.

Para 2023 mantem a visão de especialização com vista a oferecer ao mercado os melhores consultores em projectos com um maior valor acrescentado.

### **2.2. IT Outsourcing**

O segmento de Infraestruturas de TI da Reditus SGPS oferece ao mercado soluções compostas por serviços e projetos focados em infraestruturas de Tecnologias de Informação. Os serviços incluem a gestão, administração e suporte de plataformas e equipamentos tecnológicos, numa lógica de contrato de responsabilidade ou de outsourcing funcional. Soluções que permitem que os nossos Clientes se foquem no seu Core Business, entregando assim as abordagens tecnológicas e de transformação digital à Reditus.

A aposta em contratos de suporte de Parceiros Internacionais continua a representar uma importante parte do crescimento da área, quer em número de projetos e Clientes, quer em skills que passam a integrar o Grupo.

A Reditus SGPS irá manter o foco na sua base alargada de Clientes, bem como nas oportunidades em nichos de mercado, mantendo assim esta área de negócio como estratégica em 2022.

Nos domínios considerados como estratégicos, a Reditus continuará a apostar numa estratégia diferenciadora, nomeadamente:

- Qualidade dos serviços prestados;

- Flexibilidade de adaptação aos vários desafios dos Clientes em diferentes sectores e mercados;
- Gestão integrada dos seus recursos, reforçando a capacidade de resposta a necessidade e picos de atividade dos Clientes;
- Angariação de projetos de média/grande dimensão nos serviços geridos, de forma a otimizar recursos e equipas;
- Desenvolvimento de oportunidades via parceiros internacionais;
- Reforço da relação com Fabricantes, distribuidores e Concorrentes, capacitando a oferta com melhores soluções para cada desafio dos Clientes;
- Aposta nas formações e certificações.

### 2.3. BPO

Os últimos anos foram de grande exigência para todos os sectores de atividade, e em particular para os sectores de BPO e Contact Center, pela capacidade que tiveram de demonstrar na substituição do contacto presencial pelo não presencial, bem como na adaptação às expectativas, cada vez mais exigentes, dos consumidores e dos novos canais, ao mesmo tempo que suportavam a crescente digitalização das suas operações.

A acrescentar a estes desafios, as empresas destes sectores tiveram também de se adaptar à mudança no modelo de trabalho, transitando para um modelo remoto, com todos os desafios inerentes para a gestão das operações.

Estes foram também os desafios que a Reditus viveu nos últimos anos, tendo 2022 sido um ano de contínuo crescimento do volume de atividade nos clientes da base instalada.

O ano também se caracterizou pela abertura de Centros de Serviço em novas regiões do país, indo de encontro a uma estratégia de descentralização dos grandes centros populacionais, procurando reagir ao novo standard de modelo de trabalho deslocalizado por todo o país, bem como à escassez de recursos humanos, que tem crescido.

Foi um ano de reforço das equipas de gestão, para suportar o crescimento ocorrido no ano anterior e que se consolidou em 2022, e de manutenção da aposta na formação, para a contínua capacitação das equipas para os desafios da gestão de operações no novo modelo de trabalho, procurando novas abordagens que conciliem o envolvimento e motivação dos colaboradores neste novo normal.

A estratégia de criação de ofertas direcionadas para as necessidades oriundas do Plano de Recuperação e Resiliência deu frutos, com a angariação de novos projetos e clientes de referência, reforçando o posicionamento da Reditus no sector público, que tem tido um crescimento contínuo dentro da área de BPO.

O ano de 2022 permitiu também crescer a nossa base de clientes em alguns sectores de recente aposta, perspetivando o potencial de crescimento futuro.

A excelência dos serviços que prestamos foi novamente premiada este ano nos principais prémios do sector, demonstrando a contínua aposta na sofisticação dos nossos serviços.

Para 2023 apostaremos no reforço da capacidade comercial, para dar resposta às oportunidades que se perspetivam, quer no sector público, quer no sector privado. Desta forma, daremos continuidade

às estratégias implementadas, demonstrando ao mercado a nossa capacidade e flexibilidade para dar resposta aos desafios que nos lançam.

Vamos continuar focados na eficiência operacional, suportada pela tecnologia disponível, para consolidação da rentabilidade das operações, bem como em proporcionar uma jornada de crescimento contínuo e bem-estar aos nossos colaboradores, pois são eles o motor da nossa organização.

## 2.4. Área Internacional

Em 2022 a Reditus SGPS prosseguiu a sua estratégia de sustentação do negócio em Angola, com base na consolidação dos serviços prestados a clientes de referência, fundamentalmente em projetos de longa duração e contratos plurianuais.

As áreas de oferta fundamentais consistiram na execução de projetos de consultoria e implementação de TI, prestação de serviços técnicos de apoio ao utilizador final, atividades de assistência e manutenção e serviços de desenvolvimento e manutenção aplicacional.

Os sectores de maior aposta mantiveram-se na prestação de serviços a organismos da administração pública e a empresas de referência e multinacionais nos sectores Financeiro, no Oil & Gas e nas Utilities.

Desta forma, em termos de posicionamento estratégico internacional para 2023, e nomeadamente para Angola, a Reditus pretende:

- Concretizar as oportunidades identificadas em 2022 pela equipa de Desenvolvimento de Negócio em Novos Clientes e na Base Instalada;
- Continuar a trabalhar na relação com fabricantes e distribuidores de forma a identificar os negócios na sua génese;
- Reforçar as parcerias que nos garantem uma maior e mais diversificada presença no mercado e a capacidade de endereçar projetos de maior complexidade;
- Fomentar a presença nas contas de base instalada e o cross selling entre áreas de oferta (Suporte Técnico, Desenvolvimento Aplicacional, Projetos IT e de Comunicações, Outsourcing);
- Potenciar as sinergias com outras UN do Grupo (Helpdesk, Consultoria, Desenvolvimento Aplicacional, Contact Center, etc.);
- Manter a sustentabilidade e a rentabilidade das operações;
- Manter a contribuição da UN para os resultados do Grupo.

## 3. Perspetivas Futuras

### Plano de reestruturação Estratégico

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da sociedade em continuidade. A Administração, com base na informação disponível à data sobre o futuro da sociedade, entende que a sociedade tem capacidade de prosseguir em continuidade, tendo os recursos necessários ao desenvolvimento da sua atividade; no entanto considera que os seguintes aspetos constituem riscos à continuidade do Grupo:

- a) O atraso continuado no repatriamento de divisas do mercado africano, nomeadamente Angola, limitou nos últimos quatro exercícios de 2018 a 2021, a liquidez de tesouraria da Entidade e das empresas participadas, para o cumprimento atempado de alguma das suas obrigações, apesar de já se ter verificado o recebimento no final de 2021 de cerca de 5,376 milhões de euros, em 2022 de cerca de 10,858 milhões de euros e em 2023 cerca de 37,06 milhões de euros;
- b) O elevado nível de endividamento bancário o qual se encontra em processo de reestruturação avançado, conforme descrito no paragrafo (i) infra das medidas do plano de reestruturação;
- c) O elevado endividamento ao Estado e Outros Entes Públicos, dos quais 70% cobertos por acordos prestacionais, cujo processo de reestruturação a médio e longo prazo (12,5 anos) se encontra em curso. De referir ainda que o PER da Techinfor transitou em julgado em 18 de maio de 2021, permitindo um “haircut” de 80% dos juros vencidos relativamente aos credores públicos e de 82,5% da dívida desta subsidiária relativamente aos credores comuns, incluindo bancos e fornecedores, bem como o PER da GTO Consulting que transitou em julgado em 14 de setembro de 2021 com “haircut” de 80% dos saldos dos fornecedores e 100% dos credores subordinados.

Desta forma, a Administração reconhece que a existência de uma incerteza sobre a continuidade e que está dependente do sucesso das medidas implementadas no plano de reestruturação estratégico desenvolvido. No entanto, e dado que a Administração se tem empenhado arduamente na concretização do mesmo processo de reestruturação, é por isso sua convicção que as medidas implementadas irão permitir o equilíbrio financeiro da empresa. Existindo o risco eventual de a entidade não ser capaz de realizar os seus ativos e liquidar os seus passivos no âmbito da atividade normal, entendemos que o desenvolvimento de todas as diligências para a implementação das medidas do plano de reestruturação abaixo indicado e o progresso já registado na concretização do mesmo, permitirão assegurar o seu cumprimento atempado. Assim, e ainda que a esta data não esteja integralmente assegurada a obtenção de todos os recursos necessários à integral liquidação das obrigações do grupo, mas face à avaliação positiva do progresso, a esta data, do plano de reestruturação e dos resultados das medidas implementadas, consideramos poder alcançar o equilíbrio financeiro e obter os recursos necessários para prosseguir em continuidade.

Além disso, a Administração não tem conhecimento de quaisquer factos ou acontecimentos que pudessem determinar o uso de outro princípio para a apresentação das contas que não o da continuidade.

O plano de reestruturação estratégico atrás mencionado, tendente à revitalização e solidez da função financeira e equilíbrio dos fluxos de tesouraria, cuja concretização integral será materializada no decurso dos exercícios de 2022/2023, tem por base as seguintes medidas e vetores:

- (i) Reestruturação do passivo bancário do grupo, nomeadamente a dívida bancária com implementação de solução estruturante em curso, com base em acordos a 7 anos com redução significativa da dívida e “haircut” de 82,5%. Foram concretizados e homologados os mecanismos PER para as sociedades TECHINFOR e GTO Consulting, que representam uma reestruturação de cerca de 50% deste passivo. Decorrem negociações avançadas para o remanescente da dívida, admitindo-se neste momento, um “haircut” médio de igual montante ou superior;

- (ii) Renegociação do passivo fiscal com implementação de acordos prestacionais a médio e longo prazo com base num período de 12,5 anos, ao abrigo dos mecanismos legais em vigor como sejam o mecanismo PER e o RERE. Foram concretizados e homologados os mecanismos PER para as sociedades TECHINFOR e GTO Consulting;
- (iii) Implementação de modelos financeiros que permitam assegurar o repatriamento de divisas do mercado internacional, nomeadamente quanto a clientes do sector público de Angola, por via da linha protocolada entre Portugal – Angola para cobertura de riscos de exportações nacionais de bens, serviços e equipamentos, cujo recebimento será assegurado em Portugal em euros, sendo que em 2021 foi recebido o montante de 5,376 milhões de euros e em 2022 foi recebido o montante de 10,858 milhões de euros. O valor remanescente de cerca de 37,0 milhões de euros foi recebido durante maio de 2023;
- (iv) Estabelecimento de contactos e negociação com investidores institucionais e investidores do sector do “*Information, Communications and Technology*”, com a expectativa que a mesma seja concretizada até ao final do ano de 2023;
- (v) Negociação quanto ao recebimento em Portugal de divisas, maioritariamente em USD, nomeadamente quanto aos serviços prestados a clientes internacionais do sector do *Oil & Gas* que operam em Angola e que, entretanto, já se encontra concretizado nomeadamente para o cliente TOTAL Angola;
- (vi) Redução de custos na estrutura central, com implementação em curso de medidas de racionalização tais como a renegociação das condições dos seguros do grupo, redução e adequação da frota, comunicações, instalações entre outras;
- (vii) Redução de custos de *overheads*, com implementação em curso de medidas de centralização de serviços e reestruturação da política de remunerações;
- (viii) Desenvolvimento de modelos de gestão com introdução de componentes de robotização e de inteligência artificial que permitam uma redução e racionalização de custos operacionais e melhoria de eficiência por via da implementação de procedimentos de melhoria contínua;
- (ix) Intensificação do desenvolvimento, em função das atuais capacidades da empresa e da procura a si dirigida pelos seus principais clientes, e de ofertas mais sofisticadas nos produtos de segurança, *disaster recovery*, 3ª plataforma (*cloud*, mobilidade, *social business* e *big data*), virtualização e aceleradores de inovação (IoT – *Internet of Things*, Robótica, Impressão 3D);
- (x) Foco na rentabilidade e na sustentabilidade das operações através monitorização e partilha constante dos resultados das operações, aliada à inovação nos processos e tecnologias de suporte *inhouse*;
- (xi) Modelo de dinamização de negócio para recuperação de *market share* em segmentos estratégicos e aumento do volume de negócios, com a angariação de novos clientes via parceiros internacionais;
- (xii) Reforço da aposta no modelo de negócio de “*nearshoring*” com o desenvolvimento de soluções para clientes internacionais de referência em países da Europa central e África;
- (xiii) Fomentar a relação com parceiros internacionais que potenciem uma oferta transversal e na vanguarda tecnológica do desenvolvimento aplicacional;
- (xiv) Potenciar as oportunidades de *cross selling* na oferta de serviços e identificar oportunidades de *upsell*.

Apesar do progresso registado na implementação das medidas do plano de reestruturação estratégico, o ativo corrente (cerca de 30,6 milhões €) ainda se apresenta, nesta data, inferior ao

passivo corrente (cerca de 66,6 milhões €) em aproximadamente 36 milhões de euros. O passivo corrente é constituído maioritariamente pelas rubricas de financiamentos bancários (21,6 milhões €), Estado (9,6 milhões €) e empréstimos de empresas do grupo (32,3 milhões €), que representam em conjunto cerca de 95% desse passivo. No entanto, tal como referido nos parágrafos (i) e (ii) supra do plano de reestruturação, encontram-se em fase avançada de concretização a reestruturação do saldo do passivo bancário e a renegociação do saldo do passivo fiscal.

Para além das ações planeadas e executadas no âmbito dos vetores referidos, a Administração, pretendendo ainda assegurar a continuidade da operação, tem desenvolvido planos e ações que visam tornar a sociedade mais resiliente a eventuais acontecimentos que possam comprometer de forma grave a sua atividade. Esses incidentes podem ser naturais (condições climatéricas extremas, terremotos...), físicos (Incêndio e outras emergências, fuga tóxica nas proximidades, intrusão, terrorismo...), humanos (greves, tumultos, terrorismo, pandemias...), ou de segurança de informação (roubo ou perda de informação, *software* malicioso...).

Assim, e de acordo com as boas práticas e normativos aplicáveis em particular a norma “ISO 22301:2019, *Security and Resilience Business Continuity Management Systems Requirements*”, a ISO “31000:2009 *Risk Management Principles and Guidelines*” e a “BS 11200:2014 *Crisis Management Guidance and Good Practice*”, a Reditus deu início à implementação de um Sistema de Gestão da Continuidade de Negócio (isto é, um sistema composto por políticas, recursos, processos e procedimentos para assegurar o funcionamento contínuo do negócio, ou a sua recuperação atempada, no caso da ocorrência de eventos suscetíveis de perturbar o normal desenrolar da atividade, sejam eles de origem natural, física, humana ou tecnológica).

Para tal, selecionou, de entre os seus processos e serviços, os mais críticos, avaliou os riscos e efetuou a análise do impacto (BIA – *Business Impact Assessment*). Em função do resultado desenhou o seu **Plano de Continuidade de Negócio** (adiante designado por “PCN”), que inclui ações para a resposta à emergência, para a gestão da crise e comunicação, e para a recuperação. Este plano agrega ainda as ações decorrentes dos Planos de Continuidade dos Serviços contratualizados com os clientes e tem vindo a ser implementado, testado e ajustado.

## 4. Principais Indicadores Financeiros

A Reditus SGPS obteve em 2022 cerca de 3.904.359 euros de Ganhos imputadas das suas subsidiárias, um EBITDA positivo de 3.323.352 euros e um Resultado Líquido positivo de 2.675.412 euros.

Verificando-se que a Sociedade não cumpre o estipulado no artigo 35 do Código das Sociedades Comerciais, apresentando um Capital Social de 14.638.691 Euros e um Capital Próprio negativo de 75.459.090 Euros, a Administração propõe a convocação de uma Assembleia Geral, para que esta tome as medidas adequadas para regularizar a situação em conformidade com a legislação.

## 5. Aplicação de Resultados

Tendo o exercício de 2022 encerrado com um resultado líquido positivo de 2.675.412 euros, o Conselho de Administração propõe que, a totalidade deste montante, seja transferido para Resultados Transitados.

## 6. Divulgações Exigidas por Diplomas Legais

### Negócios com a Entidade

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeito do nº 2 da alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Durante o exercício não houve qualquer negócio entre a sociedade e seus administradores conforme disposto na nota 22 do anexo às contas.

A empresa não detém qualquer sucursal, tanto em território nacional como no estrangeiro.

### Capital social

No exercício de 2018, após as deliberações tomadas em assembleia geral procedeu-se à redução do capital social de 73.193.455€ para 14.638.691€, no montante global de 58.554.764€, sendo o montante de 56.179.457€ para cobertura de prejuízos, o montante de 1.171.254€ para ajustamento do valor das ações próprias e o de 1.204.053€ para criação de reservas especiais, com a redução de 4,00€ no valor nominal de todas e cada uma das 14.638.691 de ações em que se divide o capital social, as quais passaram, assim, a ter um valor nominal de 1,00€.

### Ações Próprias

Para efeitos da alínea d) do nº 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o período de 2022, a Empresa não efetuou transações com ações próprias.

Desde 2012 a Reditus SGPS detém em carteira 255.183 ações próprias, representativas de 1,743% do capital social, e que têm um valor nominal de 1,00 euro/cada. Este número manteve-se inalterado no exercício de 2022.

### Dívidas em Mora

Dando cumprimento ao estipulado no Art.º 210 da Lei nº 110/2009, de 16 de setembro (Código Contributivo) e nos termos do Decreto-lei 534/80, de 7 de novembro, a Administração informa que a sociedade apresenta as seguintes dívidas à Autoridade Tributária e ao IGFSS:

	2022	2021
IGFSS	39 017	123 356
Direção Geral dos Impostos	12 148 408	4 887 555
	<u>12 187 425</u>	<u>5 010 912</u>

Estão aprovados planos prestacionais pela Autoridade Tributária e pela IGFSS.

### Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais faturados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 pelo Revisor Oficial de Contas ascenderam a 45.000 euros para a Empresa Reditus SGPS individualmente e para as contas consolidadas.

## 7. Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo do Exercício

Como factos relevantes ocorridos em 2023, até à data de emissão do presente relatório destacamos:

### Conflito Israel – Palestina

A economia mundial está ainda a recuperar da inflação causada pela invasão da Ucrânia por parte da Rússia no ano passado, que fez subir os preços dos combustíveis em todo o mundo.

A guerra iniciada recentemente entre Israel e a Palestina, trará inevitavelmente impactos significativos às economias europeia, mundial e portuguesa.

Apesar da guerra entre Israel e a Palestina ainda não ter afetado diretamente a produção e exportação de petróleo, os preços do petróleo podem atingir novamente, e na pior das hipóteses, valores por barril muito próximos dos máximos históricos e o crescimento global pode cair originando uma potencial recessão.

O conflito no médio oriente pode abalar a economia mundial, porque existem na região fornecedores cruciais de energia e uma passagem marítima fundamental.

O consumo e investimento podem ressentir-se a nível global. A escalada do conflito entre Israel e o Hamas pode levar ao arrefecimento da economia mundial, devido ao aumento do preço do petróleo e adiamento de investimento e consumo, afetando também a economia portuguesa.

Não obstante este quadro incerto a Administração da Reditus SGPS entende que a solvabilidade da Empresa, bem como a continuação da sua atividade normal, não estão em causa.

Assim, à data do presente relatório, o Conselho de Administração continua a considerar que dispõe dos recursos e meios necessários para manter a atividade e que se mantém válido o pressuposto da continuidade das operações utilizado nas demonstrações financeiras agora apresentadas.

### Recebimentos de clientes angolanos

Durante o mês de maio de 2023, foi recebido o montante de 37,060 milhões de euros de clientes do sector público angolano através da linha protocolada entre Portugal – Angola para cobertura de riscos de exportações nacionais de bens, serviços e equipamentos, cujo recebimento foi assegurado em Portugal e em euros.

Assim, à data do presente relatório, o Conselho de Administração continua a considerar que dispõe dos recursos e meios necessários para manter a atividade e que se mantém válido o pressuposto da continuidade das operações utilizado nas demonstrações financeiras agora apresentadas.

### PER TECHINFOR

Decorrente do plano estratégico de reestruturação do grupo, que está a ser desenvolvido para a reestruturação do seu passivo global, nomeadamente o passivo bancário, fiscal bem como o operacional, a sua participada Techinfor, submeteu um novo processo “PER - Processo Especial de Revitalização” em novembro de 2023, que foi homologado na data de 7 de junho de 2024.

O plano de reestruturação apresentado e aprovado pelos credores em cerca de 87%, tem em consideração os pressupostos base no seguimento do anterior PER e de acordo com as medidas base delineadas, pelo que a Administração está confiante no atingimento dos resultados definidos.

## PER GTO Consulting

Decorrente do plano estratégico de reestruturação do grupo, que está a ser desenvolvido para a reestruturação do seu passivo global, nomeadamente o passivo bancário, fiscal e operacional, a sua participada GTO Consulting, S.A. (adiante designada por “GTO”), submeteu um processo “PER - Processo Especial de Revitalização que foi homologado pelo juiz com sentença de trânsito em julgado em 14 setembro de 2021.

Este plano encontra-se em execução em 2022 de acordo com as medidas delineadas pelo que a Administração está confiante no atingimento dos resultados definidos.

## Exclusão das ações da Reditus SGPS da Euronext Lisbon

A partir de 16 de setembro de 2024, por decisão da Euronext, as ações representativas do capital social da Reditus – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. serão excluídas de negociação na Euronext Lisbon, conforme comunicado da empresa de 12 de julho de 2024.

## 8. Declaração de Conformidade

De acordo com o disposto no artigo 245.º, n.º1 alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração da Sociedade declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante do Relatório de Gestão, das contas anuais, da Certificação Legal de Contas e dos demais documentos de prestação de contas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação. Mais declaram que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

## 9. Agradecimentos

Salientamos a confiança depositada pelos Clientes nas sociedades do Grupo Reditus, o empenho dos nossos Colaboradores na prossecução dos objetivos a que nos propusemos, bem como o apoio qualificado do Conselho Fiscal, do Conselho de Estratégia, das Comissões Especializadas, dos Bancos, Auditores e dos outros parceiros de negócios, alicerçando a sustentabilidade do futuro do Grupo Reditus.

Lisboa, 31 de Julho de 2024

O Conselho de Administração,

Eng. José António da Costa Limão Gatta

Eng. José Louis Pagés

Dr. Fernando Manuel Cardoso Malheiro da Fonseca Santos

Dr. Helder Filipe Ribeiro Matos Pereira

Dr. António Santos Rolim Fuschini Serra



# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

---

[www.reditus.pt](http://www.reditus.pt)

**REDITUS, SGPS, S.A.**  
**BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**  
*(Montantes expressos em euros)*

ATIVO	Notas	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021
<b>ATIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	7 800	7 800
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	7	3 661 982	2 894 747
Ativos por impostos diferidos	8	1 029 765	1 285 987
<b>Total do ativo não corrente</b>		4 699 547	4 188 534
<b>ATIVO CORRENTE:</b>			
Clientes	9	402 549	350 048
Estado e outros entes públicos	15	11 576	154 114
Outros créditos a receber	9	30 213 406	5 001 151
Diferimentos	10	377	5 930
Ativos financeiros detidos para negociação	11	5 173	4 978
Caixa e depósitos bancários	4	30	29
<b>Total do ativo corrente</b>		30 633 112	5 516 250
<b>Total do ativo</b>		35 332 658	9 704 784
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital subscrito	12	14 638 691	14 638 691
Ações (quotas) próprias	12	(255 183)	(255 183)
Prémios de emissão	12	9 952 762	9 952 762
Reservas legais	12	2 086 160	2 086 160
Outras reservas	12	2 726 322	2 726 322
Resultados transitados	12	(34 017 564)	(23 130 964)
Ajustamentos/Outras variações no Capital Próprio	12	(73 271 628)	(56 028 016)
Excedentes de revalorização		5 939	5 939
<b>Resultado líquido do período</b>		(78 134 502)	(50 004 289)
<b>Total do capital próprio</b>		2 675 412	(3 373 692)
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Provisões	7	41 324 454	29 775 643
Financiamentos obtidos	13		
Estado e outros entes públicos	15	2 853 219	3 195 274
<b>Total do passivo não corrente</b>		44 177 673	32 970 917
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Fornecedores	13	800 018	658 458
Estado e outros entes públicos	15	9 567 176	1 828 506
Financiamentos obtidos	13	53 915 915	26 103 445
Outras dívidas a pagar	14	2 330 967	1 521 440
<b>Total do passivo corrente</b>		66 614 075	30 111 848
<b>Total do passivo</b>		110 791 748	63 082 765
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		35 332 658	9 704 784

O anexo faz parte integrante destas Demonstrações Financeiras

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

**REDITUS, SGPS, S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**  
**DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

*(Montantes expressos em euros)*

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021
Vendas e serviços prestados	18	20 000	45 000
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	7	3 904 359	(2 048 353)
Fornecimentos e serviços externos	16	(146 460)	(152 737)
Gastos com o pessoal	17	(41 720)	(33 096)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	9		(9 189)
Outros rendimentos	18	1 329	360 712
Outros gastos	19	(414 156)	(129 677)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>3 323 352</b>	<b>(1 967 339)</b>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização			
		<b>3 323 352</b>	<b>(1 967 339)</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	20	450 121	51 107
Juros e gastos similares suportados	20	(1 112 733)	(753 466)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>2 660 741</b>	<b>(2 669 699)</b>
Imposto sobre o rendimento do período	8	14 671	(703 993)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>2 675 412</b>	<b>(3 373 692)</b>

O anexo faz parte integrante destas Demonstrações Financeiras

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

## REDITUS - SGPS, SA.

### REDITUS, SGPS, S.A.

#### DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAL NO PERÍODO 2022

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital Subscrito	Ações (quotas) próprias	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2022	12	14 638 691	(255 183)	9 952 762	2 086 160	2 726 322	(23 130 964)	(56 028 016)	5 939	(3 373 692)	(53 377 981)
<b>Alterações no período:</b>											
Aplicação do Resultado Líquido do Exercício							(3 373 692)			3 373 692	-
Outras variações Capitais Próprios							(7 512 908)	(17 243 612)		-	(24 756 520)
		14 638 691	(255 183)	9 952 762	2 086 160	2 726 322	(34 017 564)	(73 271 628)	5 939	-	(78 134 501)
<b>Resultado líquido do período</b>										2 675 412	2 675 412
<b>Resultado Integral</b>										2 675 412	(75 459 089)
<b>Operações com detentores de capital no período</b>											
Outras operações											
Posição no fim do período 2022		14 638 691	(255 183)	9 952 762	2 086 160	2 726 322	(34 017 564)	(73 271 628)	5 939	2 675 412	(75 459 089)

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

### REDITUS, SGPS, S.A.

#### DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAL NO PERÍODO 2021

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital Subscrito	Ações (quotas) próprias	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2021	12	14 638 691	(255 183)	9 952 762	2 086 160	2 726 322	(16 031 249)	(53 825 367)	5 939	(7 099 715)	(47 801 640)
<b>Alterações no período:</b>											
Aplicação do Resultado Líquido do Exercício							(7 099 715)			7 099 715	-
Outras variações Capitais Próprios								(2 202 649)		-	798 714,57
		14 638 691	(255 183)	9 952 762	2 086 160	2 726 322	(23 130 964)	(56 028 016)	5 939	-	(47 002 926)
<b>Resultado líquido do período</b>										(3 373 692)	(3 373 692)
<b>Resultado Integral</b>										(3 373 692)	(50 376 617)
<b>Operações com detentores de capital no período</b>											
Outras operações											
Posição no fim do período 2021		14 638 691	(255 183)	9 952 762	2 086 160	2 726 322	(23 130 964)	(56 028 016)	5 939	(3 373 692)	(53 377 981)

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

## REDITUS, SGPS, S.A.

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAL DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Montantes expressos em euros)

	Notas	2022	2021
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>			
Recebimentos de clientes		20 000	52 048
Pagamentos a fornecedores		(4 900)	(241 260)
Pagamentos ao pessoal		(157 584)	(3 530)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>(142 484)</b>	<b>(192 742)</b>
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(105 033)	22 580
Outros recebimentos / pagamentos		539 002	(543 575)
<b>Fluxos das atividades operacionais [1]</b>		<b>291 485</b>	<b>(713 737)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Investimentos financeiros		24	-
Outros ativos		-	-
		24	-
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	-
Juros e rendimentos similares		-	-
Dividendos		-	-
		-	-
<b>Fluxos das atividades de investimento [2]</b>		<b>24</b>	<b>-</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		(1 181 511)	-
Financiamentos obtidos Grupo		-	900 515
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
		(1 181 511)	900 515
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		-	-
Financiamentos obtidos Grupo		889 620	(77 490)
Juros e gastos similares		-	(112 671)
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
		889 620	(190 161)
<b>Fluxos das atividades de financiamento [3]</b>		<b>(291 891)</b>	<b>710 354</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]</b>		<b>(382)</b>	<b>(3 383)</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>4 (14 603)</b>	<b>(11 220)</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>4 (14 985)</b>	<b>(14 603)</b>

O anexo faz parte integrante destas Demonstrações Financeiras

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

## Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Montantes expressos em euros)

### 1 NOTA INTRODUTÓRIA

A REDITUS Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA. é uma sociedade anónima, constituída em 1966 e com sede social em Lisboa, na Avenida 5 de Outubro nº 125 loja 2 1050-052.

As demonstrações financeiras e as notas anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 31 de julho de 2024. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

As presentes demonstrações financeiras referem-se à atividade da Empresa a nível individual e foram elaboradas para aprovação e publicação nos termos do normativo legal em vigor. Contudo, a Empresa também preparou demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relato financeiro adotadas pela UE, para publicação em separado nos termos da legislação em vigor.

### 2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 2.1 Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras individuais da Reditus, SGPS, SA, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas participadas, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites nos países de cada participada, ajustados no processo, de modo a assegurar que as demonstrações financeiras estejam de acordo com as Normas de Relato Financeiras.

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o conjunto das normas contabilísticas de relato financeiro (NCRF), previstas pelo sistema de normalização contabilístico (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho.

O SNC é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso nº8254/2015, de 29 de julho (Estrutura Conceptual);
- Portaria nº 220/2015, de 24 de julho (Modelo das demonstrações financeiras);
- Portaria nº 2018/2015, de 23 de julho (Código de contas);
- Aviso nº 8256/2015, de 29 de julho (Normas contabilísticas e de relato financeiro);
- Aviso nº 8258/2015, de 29 de julho (Normas interpretativas).

A Empresa aplica supletivamente as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, as Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”) e as respetivas interpretações (“SIC/IFRIC”) do IASB, de forma a colmatar lacunas ou omissões relativas a aspetos de algumas transações ou situações particulares não previstas no SNC.

Nos períodos de 2022 e de 2021 a que respeitam as presentes demonstrações financeiras, não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC que pudessem ter produzido efeitos materialmente relevantes pondo em causa a imagem verdadeira e apropriada da informação divulgada.

A Administração considera que existem alguns aspetos que constituem riscos à continuidade do Grupo, conforme divulgado no parágrafo 3 do Relatório de Gestão.

## 2.2 Comparabilidade

No presente exercício foi efetuado o reconhecimento em Resultados Transitados, por ser entendimento do Conselho de Administração que se trata de erros de exercícios anteriores conforme definidos na NCRF 4, das seguintes situações:

Os ajustamentos de ativos financeiros estão influenciados pela aplicação do MEP. Os principais ajustamentos referem-se aos seguintes temas:

- Na Techinfor foi efetuado o desreconhecimento de rendimentos a reconhecer relativos a clientes de Angola, respeitante a exercícios anteriores a 2021, no montante de € 24 850 000;
- Na All2IT foi revertida a imparidade com o cliente Simportex no montante de € 29.006.989, (sendo que €18.148.826 foram considerados em Resultado transitado e €10.858.163 em resultado do exercício);
- Na Reditus Consulting foi constituída imparidade de saldos da Guiné e Moçambique, no montante de € 1.705.958€ e € 1.977.218, respetivamente. Registados juros da Segurança Social e Autoridade Tributária no valor de € 427.900 (sendo que €346.995 foram considerados em Resultado transitado e €80.905 em resultado do exercício);
- Na Partblack foram registados juros da Segurança Social e Autoridade Tributária no valor de € 3.701.613 (sendo que €3.134.823 foram considerados em Resultado transitado e €566.790 em resultado do exercício);

Relativamente à Reditus SGPS foram registados os seguintes ajustamentos relevantes:

- Reconhecimento da quantia exequenda dos processos fiscais e liquidações adicionais relacionadas com IRC no valor de €4.928.627 (Nota 12 e 15);
- Reconhecimento dos juros da Autoridade Tributária no valor de € 2.984.304, relativos aos processos atrás descritos.

### 3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Empresa na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas.

#### 3.1. Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras e as notas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

#### 3.2. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou de produção. O custo de aquisição inclui: (i) o preço de compra do ativo, (ii) as despesas diretamente imputáveis à compra, e (iii) os custos estimados de desmantelamento, remoção dos ativos e restauração do local. Após o reconhecimento inicial os ativos fixos tangíveis são mensurados ao custo deduzido de depreciações acumuladas e perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

As depreciações dos ativos tangíveis, deduzidos do seu valor residual, são calculadas de acordo com o método da linha reta (quotas constantes), a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante a vida útil dos ativos, a qual é determinada em função da utilidade esperada. As taxas de depreciação praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas para as diversas classes de ativos:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	3-20
Equipamento de transporte	4-6
Equipamento administrativo	3-10
Outros activos fixos tangíveis	10-20

A depreciação cessa quando os ativos passam a ser classificados como detidos para venda.

Em cada data de relato, a Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que existam tais indícios, os ativos fixos tangíveis são sujeitos a testes de imparidade, sendo o excesso da quantia escriturada face à quantia recuperável, caso exista, reconhecido em resultados. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo menos os custos de o vender e o seu valor de uso.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como gastos do período em que são incorridos. As grandes reparações que originem acréscimo de benefícios ou de vida útil esperada são registadas como ativos tangíveis e depreciadas às taxas correspondentes à vida útil esperada. A componente substituída é identificada e abatida.

As mais ou menos valias decorrentes da alienação de ativos fixos tangíveis, determinadas pela diferença entre o valor de venda e a respetiva quantia registada na data da alienação, são contabilizadas em resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

### 3.3. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição. Após o reconhecimento inicial os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido das amortizações acumuladas e das perdas de imparidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os ativos intangíveis compreendem essencialmente despesas com patentes, software (sempre que este é separável do hardware e esteja associado a projetos em que seja quantificável a geração de benefícios económicos futuros), licenças e outros direitos de uso. Também incluem as despesas de desenvolvimento dos projetos de I&D sempre que se demonstre a intenção e a capacidade técnica para completar esse desenvolvimento, a fim de o mesmo estar disponível para comercialização ou uso. As despesas de investigação, efetuadas na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas.

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método da linha reta (quotas constantes), a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante a vida útil estimada.

As mais ou menos valias resultantes da alienação dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data da alienação, sendo registadas na Demonstração dos resultados por naturezas como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

### 3.4. Imparidade de Ativos Tangíveis e Intangíveis, Exceto Goodwill

A Empresa efetua avaliações de imparidade dos seus ativos fixos tangíveis e intangíveis sempre que ocorre algum evento ou alteração que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso da existência de tais indícios, a Empresa procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. O justo valor é o valor que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados do ativo durante a vida útil esperada. A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o valor atual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada na Demonstração dos resultados por naturezas do período a que se refere, na rubrica de “Imparidade de investimentos depreciáveis/ amortizáveis (perdas/reversões)”.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na demonstração de resultados como dedução à rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis/ amortizáveis (perdas/reversões)”. Contudo, a reversão da perda por imparidade é

efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações ou amortizações) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em anos anteriores, e é reconhecida como um rendimento na demonstração de resultados.

### **3.5. Participações Financeiras**

As participações financeiras nas quais a Empresa tem controlo ou que controla conjuntamente com outras entidades, são registadas no balanço em “Participações financeiras – método da equivalência patrimonial”, pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo e posteriormente ajustadas pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das Empresas subsidiárias, conjuntamente controladas ou associadas por contrapartida de “Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos”, e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida de “Ajustamentos/ outras variações no Capital Próprio”. Adicionalmente, as participações financeiras poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por imparidade. Anualmente ou quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, é realizada uma avaliação e as perdas por imparidade que se demonstre existir, são registadas como gastos na Demonstração dos resultados por naturezas.

Os resultados das participadas adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos na demonstração de resultados por naturezas desde a data da sua aquisição e até à data da sua alienação.

Quando as perdas em Empresas subsidiárias ou associados excedem o investimento efetuado nessas entidades, o valor contabilístico do investimento financeiro é reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que a Empresa incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da subsidiária ou associada, caso em que é registada uma Provisão.

Os dividendos recebidos de Empresas subsidiárias e associadas são registados como uma diminuição do valor das “Participações financeiras – método da equivalência patrimonial”.

### **3.6. Instrumentos Financeiros**

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro numa entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio noutra entidade.

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro. Um passivo financeiro é qualquer passivo que se substancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os ativos financeiros da Empresa são basicamente os Clientes e outros créditos a receber e, Caixa e equivalentes de caixa. Os passivos financeiros são fundamentalmente os Financiamentos obtidos e os Fornecedores e outras contas a pagar. Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados na data do relato financeiro ao custo ou ao custo amortizado subtraído da perda por imparidade, sendo o custo amortizado determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados

durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Por instrumento de capital próprio entende-se um qualquer contrato que evidencie um interesse nos ativos da Empresa após a subtração de todos os passivos. Os instrumentos de capital próprio são basicamente as ações/ quotas da Empresa e prestações suplementares e acessórias, sempre que cumpram o conceito de instrumento de capital próprio.

### Cientes e outros créditos a receber

Os saldos de clientes e de outros devedores constituem contas a receber por serviços prestados pela Empresa. Se é expectável que a sua cobrança ocorra dentro de um ano ou menos, são classificadas como ativo corrente. Caso contrário são classificadas como ativo não corrente.

Os outros créditos a receber classificadas como ativo corrente não têm implícito juro e são apresentadas pelos respetivos valores nominais, deduzidas de perdas de realização estimadas (perdas por imparidade), calculadas essencialmente com base na antiguidade dos créditos a receber. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Os outros créditos a receber classificadas como ativo não corrente são mensuradas pelo respetivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo da correspondente perda em resultados.

O seu desreconhecimento só ocorre quando expiram os direitos contratuais.

### Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos nas rubricas de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existam limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e seus equivalentes” é deduzida dos descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica de “Financiamentos obtidos”.

### Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados ao custo ou ao custo amortizado. O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. São expressos no passivo corrente ou não corrente, dependendo do seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tenha havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e, contabilizados em resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, encontrando-se os montantes vencidos e não liquidados à data do balanço, classificados na rubrica de “Outras dívidas a pagar”.

## Fornecedores e outras dívidas a pagar

Os saldos de fornecedores e outros credores são responsabilidades respeitantes à aquisição de mercadorias ou serviços pela Empresa. Se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos são classificadas como passivo corrente. Caso contrário, são classificadas como passivo não corrente.

As outras dívidas a pagar classificadas como passivo corrente são registadas pelo seu valor nominal.

As outras dívidas a pagar classificadas como passivo não corrente, para as quais não exista uma obrigação contratual pelo pagamento de juros, são mensuradas pelo respetivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

## Instrumentos de capital próprio

Um instrumento de capital próprio só é reconhecido quando é emitido e subscrito. Se um instrumento de capital próprio for emitido, subscrito e se os recursos não forem proporcionados, a quantia a receber é relevada como dedução ao capital próprio.

Caso a Empresa adquira ou readquira os seus próprios instrumentos de capital próprio, estes instrumentos são reconhecidos como dedução ao capital próprio.

Os custos com a emissão de novas ações são reconhecidos diretamente em capital como dedução ao valor do encaixe.

Os custos com uma emissão de capital próprio que não se concluiu são reconhecidos como gasto.

## 3.7. Resultados por Ação

Os resultados por ação são calculados dividindo o lucro atribuível aos acionistas pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período.

## 3.8. Distribuição de Dividendos

A distribuição de dividendos, quando aprovados em Assembleia-geral da Empresa e enquanto não pagos ao acionista, é reconhecida como um passivo.

## 3.9. Provisões e Passivos Contingentes

São reconhecidas provisões quando, cumulativamente: (i) a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) exista uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

O montante das provisões corresponde ao valor presente da obrigação, sendo a atualização financeira registada como custo financeiro na rubrica de “Juros e gastos similares suportados”, quando aplicável. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Quando alguma das condições para o reconhecimento de provisões não é preenchida, a Empresa procede à divulgação dos eventos como passivo contingente. Os passivos contingentes são: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo, ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessária para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não possa ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos.

### **3.10. Locações**

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é efetuada em função da substância e não da forma do contrato. As locações são classificadas como financeiras sempre que nos seus termos ocorra a transferência substancial, para o locatário, de todos os riscos e vantagens associados à propriedade do bem. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades para com o locador, são registados no balanço no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. A taxa de desconto a utilizar deverá ser a taxa implícita na locação. Caso esta não seja conhecida deverá ser utilizada a taxa de financiamento da Empresa para aquele tipo de investimentos. A política de depreciação destes ativos segue as regras aplicáveis aos ativos tangíveis propriedade da Empresa. Os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do ativo fixo tangível são reconhecidos na Demonstração dos resultados por naturezas do período a que respeitam.

Nas locações operacionais as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados por naturezas, durante o período da locação.

### **3.11. Rédito**

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços e juros decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui o Imposto sobre o Valor Acrescentado.

O reconhecimento de um rédito exige que (i) seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa, (ii) o montante do rédito possa ser fiavelmente mensurado, (iii) os custos incorridos ou a incorrer com a transação também possam ser mensurados com fiabilidade e, (iv) que a fase de acabamento da prestação de serviços/ transação possa ser mensurada com fiabilidade, no caso da prestação de serviços/transação ser reconhecida com base na percentagem de acabamento.

O rédito relativo à prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que as condições do seu reconhecimento, acima enumeradas, sejam satisfeitas e a fase de acabamento da transação/ serviço possa ser razoavelmente estimada.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

### **3.12. Impostos**

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da Empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

### **3.13. Regime do acréscimo**

Os rendimentos e os gastos são registados de acordo com o regime do acréscimo, pelo que são reconhecidos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos, respetivamente.

Os rendimentos e os gastos reconhecidos na demonstração de resultados por naturezas que ainda não tenham sido faturados ou cuja fatura de aquisição ainda não tenha sido rececionada são registados por contrapartida de “Devedores por acréscimos de rendimentos” ou de “Credores por acréscimos de gastos” relevados nas rubricas de balanço de “Outros créditos a receber” e “Outras dívidas a pagar”, respetivamente. Os rendimentos recebidos e os gastos pagos antecipadamente são registados por contrapartida das rubricas de “Diferimentos” do passivo e do ativo, respetivamente.

### 3.14. Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF foram utilizados julgamentos e estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. As estimativas e pressupostos são determinadas com base no melhor conhecimento existente à data de preparação das demonstrações financeiras e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das situações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras ocorrem nas seguintes áreas:

#### (i) Ativos fixos tangíveis e intangíveis/ estimativas de vidas úteis

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método das quotas constantes, a partir do mês em que o ativo se encontra disponível para utilização. As taxas de depreciação praticadas refletem o melhor conhecimento sobre a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos ativos e as respectivas vidas úteis são revistos e ajustados, quando se afigura necessário.

#### (ii) Imparidade de clientes e outros créditos a receber

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação que a Empresa faz da probabilidade de recuperação dos saldos de clientes ou de outros créditos a receber.

#### (iii) Impostos diferidos

O reconhecimento de impostos diferidos pressupõe a existência de resultados e matéria coletável futura. Os impostos diferidos ativos e passivos foram determinados com base na legislação fiscal atualmente em vigor, ou em legislação já publicada para aplicação futura. Alterações na legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos.

#### (iv) Provisões

A Empresa exerce julgamento considerável na mensuração e reconhecimento de provisões. O julgamento é necessário de forma a aferir a probabilidade que um contencioso tem de ser bem-sucedido. As provisões são constituídas quando a Empresa espera que processos em curso irão originar a saída de fluxos, a perda seja provável e possa ser razoavelmente estimada. Devido às incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser diferentes das originalmente estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que nova informação fica disponível. Revisões às estimativas destas perdas podem afetar os resultados futuros.

### 3.15. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço, mas antes da data de aprovação das demonstrações financeiras pelo órgão de gestão da Empresa e desde que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, são refletidos nas demonstrações financeiras do período. Os eventos ocorridos após a data do balanço que sejam indicativos de

condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”) são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

#### 4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. A 31 de dezembro de 2022 e 2021 o detalhe de caixa e seus equivalentes apresenta a seguinte decomposição:

	2022	2021
Numerário		
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	30	29
	30	29
Descobertos bancários (Nota 13)	(15 015)	(14 632)
Caixa e seus equivalentes (Demonstração Fluxos Caixa)	(14 985)	(14 603)

#### 5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2022							Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	
<b>Ativos</b>								
Saldo inicial			15 961	323 602	322 446	3 135		665 143
Aquisições								-
Alienações								-
Outras variações								-
Saldo final			15 961	323 602	322 446	3 135		665 143
<b>Depreciações acumuladas e perdas por imparidade</b>								
Saldo inicial			15 961	323 602	317 046	735		657 343
Depreciações do exercício								-
Alienações								-
Abates								-
Outras variações								-
Saldo final			15 961	323 602	317 046	735		657 343
<b>Ativos líquidos</b>					5 400	2 400		7 800

	2021							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
<b>Ativos</b>								
Saldo inicial			15.961	323.602	322.446	3.135		665.143
Aquisições								
Alienações								-
Outras variações								
Saldo final			15.961	323.602	322.446	3.135		665.143
<b>Depreciações acumuladas e perdas por imparidade</b>								
Saldo inicial			15.961	323.602	317.046	735		657.343
Depreciações do exercício								
Alienações								-
Abates								
Outras variações								
Saldo final			15.961	323.602	317.046	735		657.343
<b>Ativos líquidos</b>					5.400	2.400		7.800

Os ativos fixos tangíveis que permanecem com valor líquido positivo respeitam a obras de arte, as quais não sofrem depreciação.

## 6 LOCAÇÕES

### Locações operacionais:

Os gastos ocorridos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são detalhados conforme segue:

	Gasto do período	
	2022	2021
Pagamentos mínimos	26 659	24 799
	26 659	24 799

## 7 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Empresa evidenciava os seguintes investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (nota 2.2):

	Sede	2022							
		Ativo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Proporção no resultado	Montante registado
<b>Empresas subsidiárias:</b>									
Reditus Imobiliária	Lisboa	1 079 954	588 489	491 465	-	117 050	100%	117 050	491 465
Reditus Gestão	Lisboa	79 063 062	117 387 516	(41 324 454)	1 918 954	3 511 539	100%	3 511 539	(41 324 454)
Tora	Lisboa	9 092 875	5 922 358	3 170 517	979 226	275 770	100%	275 770	3 170 517
								3 904 359	(37 662 472)

	Sede	2021							
		Ativo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Proporção no resultado	Montante registado
<b>Empresas subsidiárias:</b>									
Reditus Imobiliária	Lisboa	1 068 479	3 251 740	(2 183 261)	157 240	(2 034 532)	100%	(2 034 532)	(2 183 261)
Reditus Gestão	Lisboa	63 114 787	87 707 168	(27 592 381)	1 990 473	(428 656)	100%	(428 656)	(27 592 381)
Tora	Lisboa	8 043 426	5 148 679	2 894 747	568 289	414 835	100%	414 835	2 894 747
								(2 048 353)	(26 880 895)

- a) A 31 de dezembro de 2022, a participada Reditus Gestão tem registado um Goodwill de 18.111.764 euros, valor que a 31 de dezembro de 2021 era de 24.149.018 euros.

Os investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos são registados pelo método da equivalência patrimonial.

Para efeitos de aplicação do método da equivalência patrimonial, foram consideradas as demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2022 e 2021.

## 8 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2018 a 2022 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 dezembro de 2022 e 2021 é detalhado conforme segue:

RECONCILIAÇÃO IMPOSTO CORRENTE		
	2022	2021
Resultado antes de impostos	(702 611)	(1 065 871)
Gasto com impostos sobre o rendimento apurado à taxa	(147 548)	(223 833)
Diferenças permanentes:		
Tributação autónoma	1 045	1 887
Outros	-	21 081
Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial	-	93 350
	(146 504)	(107 515)
Ajustamentos relativos ao imposto de períodos anteriores		811 508
Gasto com impostos sobre o rendimento consolidado	131 832	
Gasto com impostos sobre o rendimento	(14 671)	703 993

### Impostos diferidos

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme segue:

	2022		2021	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Prejuízos fiscais reportáveis	746 461		1 002 683	
Outros	283 304	-	283 304	-
Saldo final	1 029 765		1 285 987	

Ano de Prejuízo Fiscal	Ano Limite para Dedução	Valor do Prejuízo por utilizar	Valor da Dedução
2018	2030	3 693 577	775 651
2019	2031	488 823	102 653
2021	2033	592 283	124 380
2022	2027	-1 220 104	-256 222
		3 554 579	746 461

## 9 ATIVOS FINANCEIROS

### Cientes e outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os créditos a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	2022			2021		
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Correntes:						
Cientes a)	416 627	(14 078)	402 549	364 126	(14 078)	350 048
	416 627	(14 078)	402 549	364 126	(14 078)	350 048
Outros créditos a receber						
Pessoal b)	1 792 714	(1 774 188)	18 526	1 792 148	(1 774 188)	17 959
Deved. Por acrésc. Rendimentos c)	449 902		449 902	50 480		50 480
Devedores Grupo (Nota 13 alínea c))	29 631 918		29 631 918	4 138 114		4 138 114
Outros Devedores	113 061		113 061	794 596		794 596
	31 987 595	(1 774 188)	30 213 406	6 775 338	(1 774 188)	5 001 150
	32 404 222	(1 788 266)	30 615 955	7 139 465	(1 788 266)	5 351 198

- Os saldos de clientes respeitam essencialmente a valores a receber das Empresas do Grupo Reditus.
- Em 2014, a Empresa procedeu ao reforço da imparidade de valores a receber do pessoal, para fazer face a eventuais perdas decorrentes de saldos não recuperáveis;
- Os devedores por acréscimo de rendimentos referem-se a “*management fees*” de anos anteriores, assim como a juros a serem faturados em 2023 a Empresas do Grupo;

## 10 DIFERIMENTOS

### Diferimentos ativos

O valor dos diferimentos em 2022 e 2021 respeita a gastos diferidos com seguros faturados pelas seguradoras:

	2022	2021
Gastos a reconhecer	377	5 930
	<u>377</u>	<u>5 930</u>

## 11 ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
Acções Millenniumbcp	1 577 846	1 577 846
Imparidade	(1 572 673)	(1 572 867)
	<u>5 173</u>	<u>4 978</u>

As 35.333 ações detidas do BCP encontram-se valorizadas ao justo valor de 0,1464 euros.

## 12 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
Capital		
Valor nominal	14 638 691	14 638 691
Reservas Legais	2 086 160	2 086 160
Outras Reservas	2 726 322	2 726 322
Resultados Transitados	(34 017 564)	(23 130 964)
Ajustamentos ativos financeiros	(73 271 628)	(56 028 016)
Excedentes de revalorização	<u>5 939</u>	<u>5 939</u>
Ações/quotas próprias	<u>(255 183)</u>	<u>(255 183)</u>
Prémios / descontos	<u>9 952 762</u>	<u>9 952 762</u>
Resultado líquido do período	<u>2 675 412</u>	<u>(3 373 692)</u>
	<u>(75 459 090)</u>	<u>(53 377 981)</u>

### Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social é composto por 14.638.691 ações, com um valor nominal de 1,00€ cada, que se encontra totalmente subscrito e realizado.

### Ações Próprias

Em 31 de dezembro de 2022, a Reditus SGPS detinha em carteira 255.183 ações próprias, representativas de 1,74% do capital social.

### Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2022 a reserva legal ascendia a 2.086.160 €.

### Resultados Transitados

Nesta rubrica foram registados os seguintes ajustamentos:

- Reconhecimento da quantia exequenda dos processos fiscais e liquidações adicionais relacionadas com IRC no valor de €4.928.627;
- Reconhecimento dos juros da Autoridade Tributária no valor de € 2.584.282, relativos aos processos atrás descritos.

### Ajustamentos/Outras variações no Capital Próprio

A variação dos ajustamentos de ativos financeiros, decorre das variações dos capitais próprios das participadas (ver Nota 7).

	2022
Saldo Inicial	(56 028 016)
Ajustamentos em investimentos financeiros (nota 7)	(17 243 612)
Saldo final	(73 271 628)

	2021
Saldo Inicial	(53 825 367)
Ajustamentos em investimentos financeiros (nota 7)	(2 202 649)
Saldo final	(56 028 016)

### Prémios de emissão

Os prémios de emissão a 31 de dezembro de 2022 ascendiam a 9.952.762 euros.

## Capitais Próprios

Os capitais próprios apresentam-se negativos pelo que a Administração propõe a convocação de uma Assembleia Geral de acionistas por forma a que esta possa tomar as medidas adequadas para a sua regularização, conforme divulgado no parágrafo 4 do Relatório de Gestão.

## 13 PASSIVOS FINANCEIROS

### Fornecedores e outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 as rubricas de “fornecedores” e de “outros passivos financeiros” apresentavam a seguinte composição:

	2022	2021
Fornecedores		
Fornecedores, conta corrente	800 018	647 146
Fornecedores, títulos a pagar		11 312
	<u>800 018</u>	<u>658 458</u>

Encontra-se em curso uma renegociação global do passivo, incluindo as dívidas a fornecedores, em conformidade com o plano da continuidade dos negócios.

### Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são detalhados conforme segue:

	2022		2021	
	Montante utilizado		Montante utilizado	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
<b>Instituições financeiras:</b>				
Empréstimos bancários:				
Instituições de Crédito	20 274 073		20 274 073	
Outros empréstimos a)	1 320 185		1 320 185	
	<u>21 594 258</u>	0	<u>21 594 258</u>	0
Outros empréstimos obtidos:				
Descobertos bancários	15 015		14 632	
	<u>15 015</u>	0	<u>14 632</u>	0
Total instituições financeiras	<u>21 609 273</u>	0	<u>21 608 890</u>	0
Outros empréstimos obtidos:				
Techinfor	1 964 942		908 139	
Reditus CIS	732 400		69 200	
Solidnetworks	524 146		492 107	
Reditus Consulting	1 447 100		1 136 405	
RBP	27 072 993		1 601 941	
JobValue	565 061		286 762	
Total outras entidades	<u>32 306 641</u>	0	<u>4 494 555</u>	0
	<u>53 915 915</u>	0	<u>26 103 445</u>	0

Encontra-se em curso, uma negociação tendente à reestruturação destes passivos bancários com redução parcial e substancial da dívida, cujas diligências estão a ser desenvolvidas diretamente com as entidades gestoras dos referidos créditos, em conformidade com o plano de reestruturação estratégico descrito no relatório de gestão.

a) Os empréstimos com garantias existentes em 31 de dezembro de 2022 são:

- Empréstimo do Millennium BCP (cedido a entidade terceira do sector financeiro mediante a celebração de um “*Credit Assignment Agreement*” na data de 11 de janeiro de 2021”) com o capital em dívida de 19.170.000 euros, o qual tem como garantia o penhor de 502.747 ações, atualmente convertidas para 35.333 ações do Millennium BCP e o penhor de 10.900.000 ações da Reditus Gestão;
- O empréstimo do Novo Banco de 1.104.073 euros, tem como garantia uma penhora de 4º grau, sobre 104.428 ações da Reditus SGPS e 100.000 ações da Reditus Gestão, com uma taxa de juro de 2,75%, que possui uma cláusula que permite ao banco solicitar o reembolso antecipado total ou parcial caso exista por parte dos acionistas Miguel Pais do Amaral, Fernando Manuel Cardoso Malheiro Fonseca Santos, António Maria Mello Silva César Menezes, José António Limão Costa Gatta, transmissão de participações representativas do capital do grupo superiores a 5% das detidas por cada um deles.

b) O empréstimo do Santander foi cedido a uma entidade terceira do sector financeiro, mediante a celebração de um Contrato de Compra e Venda de Créditos na data de 24 de junho de 2019, pelo montante de 1,320 milhões de euros.

Responsabilidade solidária da Reditus SGPS em financiamentos:

- Em 31 de dezembro de 2022, a Reditus SGPS, era solidariamente responsável em três financiamentos contraídos juntos do Novo banco, pelas sociedades, All2it Infocomunicações SA, Partblack, SA e Reditus Gestão, SA, que à data ascendiam aos montantes de 986.000€, 290.862€ e 5.586.720€, respetivamente;
- Adicionalmente era mantida responsabilidade solidária com a Reditus Gestão nos financiamentos que esta mantém junto da Caixa Central de Crédito Mútuo, no ABANCA, na Caixa Económica Montepio Geral e na Parvalorem, nos montantes de 875.000€, 277.177€, 4.482.866€ e 71.753€, respetivamente;
- Adicionalmente era mantida responsabilidade solidária com a GTO Consulting, no montante de 1.005.109€, em operação de leasing imobiliário com o BCP. Este valor está incluído no PER da sociedade GTO Consulting;
- Era, ainda, mantida responsabilidade solidária com a TECHINFOR no financiamento que esta tem junto do banco Efisa no montante de 7.831.155€. Este montante está incluído no PER da sociedade TECHINFOR;

Na rubrica “Outros empréstimos obtidos grupo” por motivos de regularização do art.º 35 do código das sociedades comerciais de participadas do grupo foram efetuadas cessões de crédito entre participadas da Reditus SGPS daí resultando ativos e passivos grupo (ver nota 9) de modo a permitir que a sociedade mãe – Reditus Gestão - dessas participadas realizasse prestações acessórias.

## 14 OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as rubricas “Outras dívidas a pagar” e “Dívidas a pessoal” apresentavam a seguinte composição:

	2022	2021
<b>Corrente</b>		
Credores por acréscimos de gastos	2 111 758	1 369 115
Valores de pessoal a)	130 995	130 995
Outros credores	88 213	21 330
	<u>2 330 967</u>	<u>1 521 440</u>
	<u>2 330 967</u>	<u>1 521 440</u>

a) Referem-se a valores a pagar de períodos anteriores a 1 colaborador e aos órgãos sociais, estando em curso a implementação de uma plataforma de acordo. Em 2022, iniciaram-se os pagamentos para a regularização desta dívida ao colaborador.

## 15 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2022		2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<b>Não corrente</b>				
Prestacionais		2 853 219		3 195 274
		<u>2 853 219</u>		<u>3 195 274</u>
<b>Corrente:</b>				
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas a)		4 928 627		
Pagamentos por conta / pagamento especial por conta				
Estimativa de imposto		131 832		
Retenção na Fonte	309	11 281	150 306	
Retenção na Fonte - em mora				
Retenção na Fonte - Prestacional		-		-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares		61 524	1 110	71 690
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas		112 513		364 050
Imposto sobre o valor acrescentado	11 268	44 160	2 699	160 984
Contribuições para a Segurança Social		9 118		114 816
Prestacional				
Outros		2 019		
Prestacional (misto)		1 275 151		1 116 967
Juros AT e Segurança Social		2 990 950		
	<u>11 576</u>	<u>9 567 176</u>	<u>154 114</u>	<u>1 828 506</u>

Encontra-se em curso uma renegociação global do passivo, nomeadamente a reestruturação do passivo fiscal em conformidade com o expresso no relatório de gestão.

As dívidas dos IRC de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018 foram revertidas pelo mecanismo de solidariedade para as empresas Reditus Consulting e SolidNetworks. As dívidas de IRC referentes aos exercícios de 2019 foram revertidas para a sociedade Reditus Business Products.

Não obstante as empresas Techinfor, SA e GTO, SA integrarem o consolidado do Grupo, o seu imposto não foi reportado para a empresa-mãe, tendo o mesmo sido contabilizado na própria empresa, porque no decorrer dos exercícios de 2019 e 2021 respetivamente, as empresas recorreram a um mecanismo legal de revitalização (Processo Especial de Revitalização). As dívidas em mora e contingências encontram-se divulgadas nas notas 22 e 23.

a) A Empresa procedeu a correções em sede de IRC no montante de cerca de 4,9 milhões de euros adicionado de juros e custas (cerca de 2,6 milhões de euros), com referência aos anos de 2005 a 2007 (cerca de 2,4 milhões de euros), aos anos de 2013 a 2015 (cerca de 2,3 milhões de euros), assim como a uma correção de IRC 2019, adicionado de coimas de IVA e IRC (cerca de 0,2 milhões euros).

## 16 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é detalhada conforme segue:

	2022	2021
Trabalhos especializados	66 878	66 100
Rendas e alugueres	26 659	24 799
Outros	2 809	4 905
Seguros	25 191	28 361
Água, eletricidade e combustíveis	8 410	6 367
Deslocações, estadas e transportes	7 858	7 806
Comunicação	5 206	11 776
Conservação e Reparação	3 449	2 624
	<u>146 460</u>	<u>152 737</u>

## 17 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é detalhada conforme segue:

	2022	2021
Remunerações do pessoal	34 047	29 781
Encargos sobre remunerações	7 375	3 134
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	206	88
Outros	92	92
	<u>41 720</u>	<u>33 096</u>

O número de trabalhadores a 31 de dezembro de 2022 e 2021 eram de dois colaboradores.

## 18 OUTROS RENDIMENTOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é conforme segue:

	2022	2021
Prestação de serviços	20 000	45 000
Outros rendimentos	1 329	360 712
	<u>21 329</u>	<u>405 712</u>

A rubrica de “Outros rendimentos” respeita a correcções de exercicios anteriores.

## 19 OUTROS GASTOS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é conforme segue:

	2022	2021
Impostos	4 738	3 024
Dividas incobráveis	0	123 930
Correcções de exercicios anteriores	190	2 388
Outros	409 227	336
	<u>414 156</u>	<u>129 677</u>

As dividas incobráveis em 2021 referem-se ao registo do *haircut* da divida a receber da GTO Consulting, no valor de 123.930€, decorrente da homologação e da sentença de trânsito em julgado do PER dessa sociedade.

Em 2022 a rubrica “Outros” refere-se a juros estimados referentes à AT e Segurança Social.

## 20 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são conforme segue:

	2022	2021
Juros suportados		
Financiamentos bancários	745 288	640 795
Mora e compensatórios	132 918	97 662
Outros financiamentos	<u>117 447</u>	<u>738 457</u>
Diferenças de câmbio desfavoráveis em financiamentos		
Outros gastos de financiamento	117 079	15 009
	<u>1 112 733</u>	<u>753 466</u>

Os proveitos e ganhos inerentes a juros e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são detalhados conforme segue:

	2022		2021	
Juros obtidos				
Outras aplicações em meios financeiros líquidos	218		625	
Financiamentos concedidos a subsidiárias	449 903	450 121	50 482	51 107
		<u>450 121</u>	<u>50 482</u>	<u>51 107</u>

## 21 PARTES RELACIONADAS

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

2022:

	Compras de inventários	Compras ativos fixos	Serviços obtidos	Juros suportados	Vendas de inventários	Vendas ativos fixos	Serviços prestados	Juros obtidos	Proveitos Suplementares
Empresa-mãe									
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa									
Subsidiárias									
Associadas			3 889	117 447			20 000	449 903	0
Interesses em empreendimentos conjuntos									
Pessoal chave da gestão									
Outras partes relacionadas									
	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>3 889</u>	<u>117 447</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>20 000</u>	<u>449 903</u>	<u>0</u>

2021:

	Compras de inventários	Compras ativos fixos	Serviços obtidos	Juros suportados	Vendas de inventários	Vendas ativos fixos	Serviços prestados	Juros obtidos	Proveitos Suplementares
Empresa-mãe									
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa									
Subsidiárias									
Associadas			4 171	77 263			45 000	50 482	50
Interesses em empreendimentos conjuntos									
Pessoal chave da gestão									
Outras partes relacionadas									
	<u></u>	<u></u>	<u>4 171</u>	<u>77 263</u>	<u></u>	<u></u>	<u>45 000</u>	<u>50 482</u>	<u>50</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

2022:

	Contas a receber correntes	Contas a receber não correntes	Ajustam. dívidas cob. duvidosa	Contas a receber líquidas	Contas a pagar correntes	Contas a pagar não correntes	Total contas a pagar
Empresa-mãe					0		0
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa					0		0
Subsidiárias					0		0
Associadas	402 549			402 549	153 604		153 604
Interesses em empreendimentos conjuntos					0		0
Pessoal chave da gestão					0		0
Outras partes relacionadas					0		0
	<u>402 549</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>402 549</u>	<u>153 604</u>	<u>0</u>	<u>153 604</u>

2021:

	Contas a receber correntes	Contas a receber não correntes	Ajustam. dívidas cob. duvidosa	Contas a receber líquidas	Contas a pagar correntes	Contas a pagar não correntes	Total contas a pagar
Empresa-mãe				0			0
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa				0			0
Subsidiárias				0			0
Associadas	350 048			350 048	93 762		93 762
Interesses em empreendimentos conjuntos				0			0
Pessoal chave da gestão				0			0
Outras partes relacionadas				0			0
	350 048	0	0	350 048	93 762	0	93 762

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Empresa apresentava os seguintes empréstimos obtidos e concedidos a partes relacionadas:

2022:

	Empréstimos obtidos com garantia	Empréstimos obtidos sem garantia	Total de empréstimos obtidos	Empréstimos concedidos com garantia	Empréstimos concedidos sem garantia	Total de empréstimos concedidos
Empresa-mãe			0			0
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa			0			0
Subsidiárias						
Associadas		32 306 641	32 306 641	-	29 631 918	29 631 918
Interesses em empreendimentos conjuntos			0			0
Pessoal chave da gestão			0			0
Outras partes relacionadas			0			0
	0	32 306 641	32 306 641	0	29 631 918	29 631 918

2021:

	Empréstimos obtidos com garantia	Empréstimos obtidos sem garantia	Total de empréstimos obtidos	Empréstimos concedidos com garantia	Empréstimos concedidos sem garantia	Total de empréstimos concedidos
Empresa-mãe			0			0
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa			0			0
Subsidiárias						
Associadas		4 494 555	4 494 555	-	4 138 114	4 138 114
Interesses em empreendimentos conjuntos			0			0
Pessoal chave da gestão			0			0
Outras partes relacionadas			0			0
	0	4 494 555	4 494 555	0	4 138 114	4 138 114

## 22 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

### Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais faturados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 pelo Revisor Oficial de Contas ascenderam a 45.000 euros para a Empresa Reditus SGPS individualmente e pelas contas consolidadas.

### Negócios com a Entidade

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeito do nº 2 da alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

A empresa não detém qualquer sucursal, tanto em território nacional como no estrangeiro.

### Ações Próprias

Para efeitos da alínea d) do nº 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o período de 2022, a Empresa não efetuou transações com ações próprias.

Desde 2012 a Reditus SGPS detém em carteira 255.183 ações próprias, representativas de 1,743% do capital social, e que têm um valor nominal de 1,00 euro/cada. Este número manteve-se inalterado no exercício de 2022.

### Dívidas em Mora

Dando cumprimento ao estipulado no Art.º 210 da Lei nº 110/2009, de 16 de setembro (Código Contributivo) e nos termos do Decreto-lei 534/80, de 7 de novembro, a Administração informa que a sociedade apresenta as seguintes dívidas à Autoridade Tributária e ao IGFSS:

	2022	2021
IGFSS	39 017	123 356
Direção Geral dos Impostos	12 148 408	4 887 555
	<u>12 187 425</u>	<u>5 010 912</u>

Estão aprovados planos prestacionais pela Autoridade Tributária e pela IGFSS.

## 23 EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DO BALANÇO

Como factos relevantes ocorridos em 2023, até à data de emissão do presente relatório destacamos:

### Conflito Israel – Palestina

A economia mundial está ainda a recuperar da inflação causada pela invasão da Ucrânia por parte da Rússia no ano passado, que fez subir os preços dos combustíveis em todo o mundo.

A guerra iniciada recentemente entre Israel e a Palestina, trará inevitavelmente impactos significativos às economias europeia, mundial e portuguesa.

Apesar da guerra entre Israel e a Palestina ainda não ter afetado diretamente a produção e exportação de petróleo, os preços do petróleo podem atingir novamente, e na pior das hipóteses, valores por barril muito próximos dos máximos históricos e o crescimento global pode cair originando uma potencial recessão.

O conflito no médio oriente pode abalar a economia mundial, porque existem na região fornecedores cruciais de energia e uma passagem marítima fundamental.

O consumo e investimento podem ressentir-se a nível global. A escalada do conflito entre Israel e o Hamas pode levar ao arrefecimento da economia mundial, devido ao aumento do preço do petróleo e adiamento de investimento e consumo, afetando também a economia portuguesa.

Não obstante este quadro incerto a Administração da Reditus SGPS entende que a solvabilidade da Empresa, bem como a continuação da sua atividade normal, não estão em causa.

Assim, à data do presente relatório, o Conselho de Administração continua a considerar que dispõe dos recursos e meios necessários para manter a atividade e que se mantém válido o pressuposto da continuidade das operações utilizado nas demonstrações financeiras agora apresentadas

### **Recebimentos de clientes angolanos**

Durante o mês de maio de 2023, foi recebido o montante de 37,060 milhões de euros de clientes do sector público angolano através da linha protocolada entre Portugal – Angola para cobertura de riscos de exportações nacionais de bens, serviços e equipamentos.

### **PER TECHINFOR**

Decorrente do plano estratégico de reestruturação do grupo, que está a ser desenvolvido para a reestruturação do seu passivo global, nomeadamente o passivo bancário, fiscal bem como o operacional, a sua participada Techinfor, submeteu um novo processo “PER - Processo Especial de Revitalização” em novembro de 2023, que foi homologado na data de 7 de junho de 2024.

O plano de reestruturação apresentado e aprovado pelos credores em cerca de 87%, tem em consideração os pressupostos base no seguimento do anterior PER e de acordo com as medidas base delineadas, pelo que a Administração está confiante no atingimento dos resultados definidos.

### **PER GTO Consulting**

Decorrente do plano estratégico de reestruturação do grupo, que está a ser desenvolvido para a reestruturação do seu passivo global, nomeadamente o passivo bancário, fiscal e operacional, a sua participada GTO Consulting, S.A. (adiante designada por “GTO”), submeteu um processo “PER - Processo Especial de Revitalização que foi homologado pelo juiz com sentença de trânsito em julgado em 14 setembro de 2021.

Este plano encontra-se em execução em 2022 de acordo com as medidas delineadas pelo que a Administração está confiante no atingimento dos resultados definidos.

### **Exclusão das ações da Reditus SGPS da Euronext Lisbon**

A partir de 16 de setembro de 2024, por decisão da Euronext, as ações representativas do capital social da Reditus – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. serão excluídas de negociação na Euronext Lisbon, conforme comunicado da empresa de 12 de julho de 2024.

## **24 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

Tendo o exercício de 2022 encerrado com um resultado líquido positivo em 2.675.412 euros, o Conselho de Administração propõe que o mesmo seja transferido para Resultados Transitados.

Lisboa, 31 de julho de 2024

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O CONTABILISTA CERTIFICADO



# ANEXOS

---

[www.reditus.pt](http://www.reditus.pt)





## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS/RELATÓRIO AUDITORIA

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., (adiante Reditus ou Entidade)** que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2022 (que evidencia um total de 35.332.658 euros e um total de capital próprio negativo de 75.459.090 euros, incluindo um resultado líquido de 2.675.412 euros), a demonstração individual dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio individual e a demonstração dos fluxos de caixa individual relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, exceto quanto ao possível efeito das matérias referidas no ponto 1 e do efeito da matéria referida no ponto 2, ambos da secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas internacionais de relato financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia.

#### Bases para a opinião com reservas

1. A rubrica Provisões (Passivo não corrente), no valor de 41.324 milhares de euros respeita à valorização da participada Reditus, Gestão, S.A. cuja Certificação legal das contas do período em exame (emitida por outra sociedade de revisores de contas), inclui duas reservas por limitação de âmbito devido à impossibilidade de confirmação do valor de mensuração das suas participações financeiras, no montante de 43,0 milhões de euros, (não foram considerados os efeitos das reservas às contas e não foram auditadas as subsidiárias de responsabilidade limitada não sujeita a revisão legal de contas), conseqüentemente, também não nos é possível avaliar o efeito do eventual impacto do conjunto dessas situações na determinação do valor a reconhecer de responsabilidades inerentes a obrigações legais ou construtivas a favor da subsidiária Reditus Gestão, S.A.

2. No âmbito da reorganização contabilística dos saldos Intra grupo foi efectuada a cedência à Reditus SGPS, SA dos créditos que a Reditus Business Products, S.A. detinha sobre a empresa-mãe Reditus Gestão, S.A. de que resultou,

Rua Fradesso da Silveira 6, 3º A  
1300-609 Lisboa / Portugal  
Tel / Fax: +351 213 602 500 / 01  
auren.lisboa@auren.pt

AUREN AUDITORES

Inscrição O. R. O. C. n.º 123 Registo C. M. V. M. n.º 20161441 Matrícula C. R. C. Lisboa n.º 12772 Capital: € 75.000 NIF/VAT: 503 373 885  
AUREN AUDITORES & ASSOCIADOS, SROC, S.A.

ainda que sem efeito no resultado do período, na apresentação do balanço da Entidade, em referência ao período anterior, no empolamento do Activo (rubrica "devedores grupo") e do Passivo (rubrica de "outros empréstimos obtidos), no montante de cerca de 25,0 milhões de euros (mencionado nas notas 13 e 9 do Anexo às contas).

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

#### **Incerteza material relacionada com a continuidade**

Em 31 de dezembro de 2022, as demonstrações financeiras da Entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade, conforme divulgado no Anexo às contas (nota 2.1-Referencial contabilístico), embora apresentem valores de Capital próprio e de Fundo de maneo negativos. Adicionalmente a esta posição financeira negativa, realçamos ainda as situações seguintes, divulgadas no Relatório de Gestão (nota 3. Plano de reestruturação estratégico), referentes às subsidiárias com efeito nas contas da Entidade: i) o risco de incobrabilidade e o atraso continuado no repatriamento de divisas do mercado africano, o que pode comprometer o cumprimento atempado das obrigações e responsabilidades da Entidade e das empresas participadas ii) elevado endividamento bancário, que ainda se encontra em processo de reestruturação e iii) mora no cumprimento dos acordos prestacionais (período de 12,5 anos) em relação às dividas ao Estado (Administração tributária e Segurança social).

Consideramos que estas matérias consubstanciam uma incerteza material na continuidade das operações da Entidade.

A incerteza material relacionada com a continuidade encontra-se divulgada no Relatório de gestão, em que a Administração i) reconhece o eventual risco de a Entidade e as s suas participadas não serem capazes de realizar os activos e liquidar os passivos no âmbito da actividade normal, bem como as condições e os acontecimentos que estiveram na origem dessa incerteza ii) releva as ações e negociações que está a desenvolver para ultrapassar a situação de desequilíbrio financeiro, nomeadamente na renegociação do passivo bancário e fiscal e na redução da estrutura de custos e iii) manifesta a convicção de que os resultados positivos das medidas implementadas, nomeadamente a aprovação dos planos de revitalização pelos credores das subsidiárias Techinfor e GTO Consulting, assim como os recebimentos de clientes do sector público angolano ocorridos em novembro de 2022 e maio de 2023 de 10,8 milhões de euros e de 37,0 milhões, respectivamente,

permitirão reequilibrar os fluxos de tesouraria e garantir a continuidade das operações.

As demonstrações financeiras não incluem qualquer ajustamento que possa a vir ser necessário efetuar no caso de se constatar que o pressuposto da continuidade não foi de aplicação apropriada.

A nossa opinião não é modificada com respeito a esta matéria.

#### **Ênfases**

1. Conforme divulgado no Relatório de gestão e na nota dos eventos subsequentes do Anexo às contas, a Entidade informou o mercado de que, por decisão da Euronext do dia 11 de julho de 2024, as ações da Reditus - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. serão excluídas de negociação no Euronext Lisbon, com efeitos a partir de 16 de setembro de 2024.

2. Conforme mencionado na nota nº 1 do Anexo às contas, as demonstrações financeiras anexas referem-se à atividade da Entidade a nível individual, encontrando-se as participações financeiras registadas pelo método da equivalência patrimonial. Nos termos da legislação em vigor, a Entidade prepara as demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais adotadas pela UE, que devem ser lidas em conjunto com as apresentadas em anexo.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

#### **Matérias relevantes de auditoria**

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Não considerámos na auditoria outras matérias relevantes para além do mencionado nos parágrafos “Bases para a opinião com reservas” e “Incerteza material relacionada com a continuidade”.

#### **Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas internacionais de relato financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia.;

- elaboração do relatório de gestão, o relatório de governo societário, demonstração não financeira e relatório sobre remunerações, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.
- O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação financeira da Entidade.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas,

modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais na matéria de governo societário, bem como a verificação de que a demonstração não financeira e o relatório de remunerações foram apresentados.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

### **Sobre o relatório de governo societário**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 29º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e l) do n.º1 referido artigo.

**Sobre a demonstração não financeira**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6 do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade incluiu no seu relatório de gestão às contas consolidadas a demonstração não financeira prevista no artigo 66º-B do Código das Sociedades Comerciais.

**Sobre o relatório de remunerações**

Dando cumprimento ao artigo 245.º-C, n.º 6 do Código de Valores Mobiliários, informamos que a Entidade incluiu em capítulo autónomo, no seu relatório sobre o governo das sociedades, as informações previstas no n.º 2 do referido artigo.

**Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do regulamento (UE) nº 537/2014**

Dando cumprimento ao artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de maio de 2017 para um mandato compreendido entre 2017 e 2019. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizadas em 30 de junho de 2020 para segundo mandato compreendido entre 2020 e 2022.

- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA(s) mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.

- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo a 13 de agosto de 2024.

- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Lisboa, 20 agosto de 2024

**AUREN Auditores & Associados, SROC, S.A.**

(Inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob o nº 20161441)

Representada por:



Victor Manuel Leitão Ladeiro (R.O.C. nº 651)  
Registado na CMVM com o nº 20160295

## **Relatório e Parecer do Conselho Fiscal**

### **Introdução**

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal da Reditus SGPS, SA vem apresentar o relatório da sua atividade no exercício de 2022, bem como o parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas da Reditus SGPS, SA, apresentados pelo Conselho de Administração.

### **Fiscalização da Sociedade**

O Conselho Fiscal, desde que foi eleito, dando cumprimento aos seus deveres legais de fiscalização, acompanhou a gestão da empresa e a evolução dos seus negócios.

O Conselho Fiscal, no âmbito da sua atividade, e no estrito cumprimento dos seus deveres legais, apreciou as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos utilizados na elaboração da informação financeira, os quais considera adequados e acompanhou, ainda, o sistema de gestão de riscos e a eficácia do sistema de controlo interno, não tendo havido quaisquer constrangimentos ao exercício da sua atividade. O Conselho Fiscal recebeu sempre a colaboração solicitada por parte do Conselho de Administração, bem como dos responsáveis operacionais pelos serviços de contabilidade, de tesouraria e jurídicos.

O Conselho Fiscal analisou o Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras individuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os quais incluem as demonstrações da posição financeira, a demonstração dos resultados, as demonstrações dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio e respetivos anexos, do exercício findo àquela data, elaborados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia.

Além disso analisou, e concorda, com as Certificações Legais de Contas e Relatórios de Auditoria sobre as referidas demonstrações financeiras, elaborados pelo Revisor Oficial de Contas.

### **Declaração de conformidade**

Nos termos do artigo 245º do número 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante do Relatório de Gestão e dos demais documentos de prestação de contas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados e dos fluxos de caixa da Sociedade. Mais entendem que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Sociedade.

**Parecer**

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da Reditus, SGPS, SA, possa aprovar o Relatório de Gestão e as contas do exercício de 2022.

Alfragide, 31 de julho de 2024

O Conselho Fiscal,

Dr. Armando Jorge de Carvalho Costa e Silva – Presidente

Dr. Luís Henriques de Lancastre de Lima Raposo – Vogal

Dr. Nuno Manuel Tavares Belo de Eça Braancamp – Vogal



# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## **REDITUS SGPS**

Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA  
Sociedade Aberta | Sede: Av. 5 de Outubro, 125, loja 2  
1050-052 Lisboa  
Capital Social: 14.638.691,00 Euros  
Matriculada na C.R.C. de Lisboa com o número único de matrícula  
de Pessoa Colectiva nº 500 400 997

## **ESCRITÓRIOS**

### **PORTUGAL**

Edifício Smart  
Alameda dos Oceanos,  
Lote 1.06. 1. 1 D 2º  
1990-207 Lisboa